

## A questão do Ancorense – Algumas reflexões a propósito da variabilidade cultural

José MEIRELES\*

### Resumo:

O presente texto discute o quadro de conhecimentos e problemáticas convencionais relativos ao *Ancorense*, característicos do contexto teórico da investigação tradicional, confrontando-os com os novos dados adquiridos no decurso dos trabalhos efectuados no decorrer da década de oitenta. Pretende, ainda, questionar os cenários de representação dominantes e avançar com novas hipóteses interpretativas, situadas no âmbito genérico da problemática da variabilidade e da mudança cultural no Paleolítico.

### Abstract:

This paper discusses the traditional knowledge framework and problems concerning the Ancorian, settled by the conventional theoretical context, facing them to the new data available after the work done during the 80's. He also pretends to question the dominant representation "scenarios" and to put forward new interpretative hypothesis concerning the problematic of diversity and cultural change in the Palaeolithic.

### Palavras chave:

Litoral do Minho; Ancorense; Paradigma tradicional; Variabilidade cultural; Matérias-primas.

### Key words:

Minho litoral; Ancorian; Traditional Paradigm; Cultural variability; Raw materials.

## 1. INTRODUÇÃO

Verdadeiro *ex libris* da Pré-História Antiga do Norte de Portugal, a indústria *Ancorense* tem constituído, desde a primeira notícia da sua individualização, já lá vão quase setenta anos passados (PINTO, 1928), terreno propício e profícuo ao confronto de ideias e preconceitos de numerosos investigadores, nacionais e estrangeiros.

Com efeito, na extensa bibliografia que, directa ou indirectamente se lhe refere, é claramente perceptível o quanto o reconhecimento e estudo desta indústria tem dividido, ao longo de décadas, as opiniões daqueles.

O presente texto pretende discutir o quadro de conhecimentos e problemáticas convencionais relativos ao *Ancorense*, característicos do contexto teórico da investigação tradicional, confrontando-os com os novos dados adquiridos no decurso dos trabalhos efectuados no decorrer da década de oitenta, os quais permitem questionar os cenários de representação dominantes e

---

\* Professor Auxiliar da Universidade do Minho.

avançar com novas hipóteses interpretativas que, necessariamente, julgamos dever situar no âmbito genérico da problemática da variabilidade e da mudança cultural no Paleolítico.

Neste sentido, estruturaremos a nossa abordagem em quatro partes: na primeira, procederemos a uma breve caracterização da história das pesquisas e das suas problemáticas; na segunda, serão equacionados, sinteticamente, os referenciais paradigmáticos que sustentaram e, nalgumas circunstâncias, ainda sustentam a construção do próprio conhecimento; na terceira, daremos conta dos principais resultados alcançados com as mais recentes investigações conduzidas no domínio do Quaternário do litoral do Minho, designadamente os relacionados com o *Ancorense*; finalmente, na quarta e última parte, apresentaremos um conjunto de reflexões tendentes a reequacionar a problemática centrada em torno desta indústria.

## 2. A INVESTIGAÇÃO TRADICIONAL E SUAS PROBLEMÁTICAS

Tendo já abordado, de uma forma detalhada, a historiografia das pesquisas sobre o Quaternário e a Pré-História Antiga do litoral minhoto (MEIRELES, 1992), limitar-nos-emos, no âmbito deste trabalho, a proceder a um breve enunciado dos domínios que têm suscitado maior polémica e discussão e que, no fundamental, consubstanciam a verdadeira essência dos problemas.

A questão do *Ancorense* centra-se em torno de quatro aspectos essenciais: a realidade da sua existência autónoma, as suas características tecno-tipológicas, a sua cronologia e, neste contexto, o seu significado no quadro da Pré-História portuguesa.

Relativamente à temática da sua individualização, podemos, sinteticamente, afirmar que existe um amplo e quase generalizado consenso, particularmente no quadro da investigação nacional, no sentido de assumir como inquestionável tal facto. As posições divergentes são escassas (no essencial, apenas quatro autores duvidam da sua autonomia), alicerçando-se, todas elas, em pressupostos de natureza metodológica relacionados com o real significado e coerência das colecções de materiais tradicionalmente referenciados (BUTZER, 1967; CLARK, 1976a, 1976b), ainda que, por vezes, dando mostras de alguma inconstância nas posturas assumidas (VARELA & PAN, 1987).

Quanto à discussão do conteúdo técnico-tipológico rigoroso do *Ancorense*, para este último grupo de autores, esta questão, obviamente, não se coloca, porque irrelevante e desnecessária no contexto do seu posicionamento.

Em relação aos demais diga-se, em abono da verdade, que ela, também, jamais assumiu uma importância verdadeiramente significativa, porque minimizada e secundarizada no contexto e em função, quer da presença de certas categorias de artefactos tidas como determinantemente diagnosticadoras (sobretudo os utensílios de tipo pico, mas também outras categorias de artefactos, "sobreviventes" ou "herdados" de tradições culturais anteriores – por exemplo, os "palet-disques", os discos, os "pesos de rede", os bifaces, os monofaces, os "hachereaux", certos tipos particulares de seixos talhados, etc.), quer da assunção de certos preconceitos no domínio dos processos e quadros evolutivos técnico-tipológicos (sobretudo representados por pretensos fenómenos de "tradição", "sobrevivência" e/ou "degenerescência" técnico-tipológica), quer ainda por via da conjugação dos dois factores anteriores. Saliente-se, no entanto, que esta

ausência de rigor na caracterização técnico-tipológica do *Ancorense*, resulta, frequentemente, de uma manipulação de argumentos que, na prática, acabou por servir os propósitos dos diferentes investigadores relativamente ao seu posicionamento quanto à cronologia deste conjunto industrial.

No que diz respeito à dimensão cronológica desta indústria é possível, com total clareza, individualizar dois tipos diferenciados de leituras – a dos autores que lhe atribuem uma datação paleolítica e a dos que a consideram como pós-paleolítica – ainda que, no seio de ambas, seja, por vezes, perceptível a existência de certos matizes e cambiantes de carácter mais particularista.

Dentro do primeiro grupo, podemos situar um conjunto diversificado de investigadores, de entre os quais destacaremos Rui de Serpa Pinto (PINTO, 1928, 1930a, 1930b, 1931), Eugénio Jalhay (JALHAY, 1930, 1933a, 1933b; JALHAY & PAÇO, 1941), Charles B. Whelan (WHELAN, 1930), Afonso do Paço (PAÇO, 1970<sup>1</sup>), Henri Breuil (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942; BREUIL *et al.*, 1962) e Georges Zbyszewski (ZBYSZEWSKI, 1943, 1974, s/d).

Importa, contudo e como antes referimos, destacar a existência de algumas diferenças nas posturas assumidas por estes autores. Neste sentido, enquanto que para os quatro primeiros o *Ancorense* detém uma cronologia pré-asturiense, mas integrada numa periodização paleolítica indiferenciada, Henri Breuil e Georges Zbyszewski, comungando também de tal ponto de vista, adoptam, contudo, uma leitura menos generalista, sendo, por isso, possível observar algumas diferenças e mudanças relativamente ao seu entendimento da questão.

Assim, nos trabalhos efectuados e publicados conjuntamente (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942; BREUIL *et al.*, 1962), bem como na primeira síntese da autoria exclusiva de Georges ZBYSZEWSKI (1943), é defendida a tese, no quadro de uma perspectiva difusionista, da existência de um “*Proto-Asturiense*” minhoto, de cronologia paleolítica, cuja evolução daria passagem a um *Ancorense*, também ele paleolítico, pelo menos na sua fase inicial de desenvolvimento.

Em contrapartida, nas suas demais publicações, quer enquanto autor isolado, quer enquanto primeiro subscritor, o posicionamento de G. Zbyszewski conhece algumas flutuações, ora no sentido de um maior rigor na cronologia paleolítica atribuída (Paleolítico Médio e Paleolítico Superior – ZBYSZEWSKI, 1974; ZBYSZEWSKI, s/d), ora no sentido de uma exclusão parcial (Tardiglacial/Holocénico Inferior – ZBYSZEWSKI & PENALVA, 1979), ou mesmo total daquela indústria de um contexto paleolítico (Mesolítico – ZBYSZEWSKI, 1958).

Como anteriormente referimos, em total consonância com esta última posição encontra-se um grupo também ele numeroso de investigadores, no âmbito do qual é igualmente possível estabelecer algumas diferenças de posicionamento cronológico. Estas repartem-se, fundamentalmente, entre aqueles que entendem o *Ancorense* como uma indústria essencialmente Mesolítica (ou, mais genericamente, pós-pleistocénica – COSTAS, 1930; LOPEZ, 1930; MAURY, 1974, 1976, 1977; MENDES CORREIA, 1928; MORALES, 1982; RAPOSO, 1983, 1989; RAPOSO & SILVA, 1980-1981, 1984; RAPOSO & TAVARES DA SILVA, 1993; VARELA, 1980, 1983-84; VIANA, 1929, 1954), e os que lhe conferem uma datação ainda mais tardia,

---

<sup>1</sup> A publicação a que nos referimos foi, pela primeira vez, editada em 1938, no Volume XXVII, fasc. 1, da revista *Brotéria* (Julho de 1938).

integrada, quer, de uma forma difusa na Idade dos Metais (AGUILÓ, 1931), quer e desta feita de um modo mais concreto, na Idade do Ferro (MERGELINA, 1939-1940).

Perante o conjunto de posturas e entendimentos que acabámos de mencionar, resta-nos abordar a problemática, que decorre das anteriores, do significado do *Ancorense* no âmbito do quadro da Pré-História portuguesa.

Tal questão deverá ser perspectivada tomando em consideração dois parâmetros interdependentes de análise: um, de carácter mais limitado, prende-se directamente com a própria história das pesquisas sobre o *Ancorense* em Portugal; o outro, em larga medida conformador do anterior e, por isso, de natureza mais abrangente, está directamente relacionado com o enquadramento teórico e conceptual da investigação no domínio da Arqueologia pré-histórica, em geral, e paleolítica, em particular.

Relativamente ao primeiro, um percurso atento da bibliografia que se lhe refere proporcionar-nos-á a percepção do estabelecimento diacrónico de quatro cenários de representação diferenciados para esta indústria no âmbito da investigação pré-histórica portuguesa.

No período compreendido entre os finais da década de vinte e toda a década de trinta, poderemos situar o primeiro desses cenários, correspondendo, assim, à fase pioneira das investigações. Tendo em Rui de Serpa Pinto o seu mais lídimo representante, ele é caracterizado, fundamentalmente, pela defesa da antiguidade e autonomia cultural do *Ancorense*, sendo construído num contexto em que, paralela e complementarmente, se procura, por um lado, demonstrar a antiguidade da presença humana no Norte do país e, por outro, proceder à afirmação desta mesma região – até então “excluída” de qualquer participação nas mais remotas épocas de ocupação humana do território nacional – no quadro da investigação pré-histórica em Portugal.

Tendo a identificação do *Ancorense* resultado, ainda que indirectamente, dos trabalhos realizados pelo Conde de la VEGA DEL SELLA (1914, 1916, 1923) sobre o *Asturiense* – lembre-se, a propósito, que foi a partir da publicação de Eugénio JALHAY (1925), dando conta da presença daquela indústria em território galego (influenciado pelos estudos efectuados por Vega del Sella nas Astúrias), que Rui de Serpa Pinto se inteirou, pela primeira vez, do significado dos achados por ele realizados, desde 1925, no litoral do Minho – e num momento em que, no quadro dos procedimentos metodológico-analíticos da época, a presença de artefactos diagnóstico desempenhava, por analogia, um papel decisivo e capital na individualização e classificação cronológico-cultural dos conjuntos industriais, tal afirmação de individualidade e anterioridade cronológica é, deveras, corajosa e significativa.

Contudo, tendo em consideração, quer o contexto em que ela se insere, e a que já antes fizemos referência, quer os pressupostos em que se fundamenta – pretensas afinidades tipológicas com as indústrias paleolíticas da região e ausência de filiação cultural anterior do próprio *Asturiense* – quer o incipiente conhecimento então detido em relação ao próprio paleolítico minhoto, quer ainda e finalmente, a total ausência de um referencial geocronoestratigráfico regional, desde sempre ficou patente a natural fragilidade desta construção, a qual, aliás, se encontra claramente expressa e assumida na derradeira publicação da autoria do seu principal mentor (PINTO, 1932).

Será, justamente, num contexto de tentativa de superação de tais insuficiências, que deveremos perspectivar e entender o segundo cenário estabelecido para o *Ancorense*. Elaborado por Henri Breuil e Georges Zbyszewski, nos inícios dos anos quarenta, ele irá vigorar, ainda que com algumas alterações de pormenor introduzidas ao longo dos anos, até meados da década de

setenta, correspondendo, deste modo, ao que poderíamos considerar como uma etapa de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos.

Procurando ultrapassar as limitações do cenário anterior, aqueles autores vão fixar como objectivo essencial das suas investigações o estabelecimento e caracterização da sequência evolutiva cultural do Paleolítico e Mesolítico do litoral do Minho. Para isso, e alicerçando-se no modelo da sequência de depósitos quaternários marinhos definida por Dépèret para a zona mediterrânica, irão estabelecer, baseados no primado do critério altimétrico e na aplicação dos princípios gerais do eustatismo, um quadro cronoestratigráfico de referência para o litoral português, materializado pela sequência de terraços marinhos nele representados.

Paralelamente, e mediante a aplicação a colecções de artefactos provenientes de recolhas de superfície do método de seriação de materiais a partir do seu estado de alteração física e química, bem como da valorização da presença de certos utensílios diagnóstico, concretizam um quadro evolutivo cultural das indústrias líticas paleolíticas e mesolíticas da região. Segundo este e a partir da evolução local do *Languedocence* – sucessor, no quadro de um processo de “degenerescência” industrial, do *Acheulense* e equivalente regional das indústrias do Paleolítico Médio – processar-se-ia a emergência, no Paleolítico Superior, do *Ancorense* (ou *Proto-Asturiense*), o qual, por sua vez, daria passagem ao seu sucessor mesolítico, o *Asturiense*. Posteriormente, e como já fizemos menção, este modelo viria a conhecer algumas alterações de pormenor. Contudo, estas não se revelariam suficientemente significativas, por forma a operar modificações substantivas na concepção da construção inicial.

Assim, e em conclusão, deste segundo cenário de representação parece, sobretudo, emergir a ideia da demonstração, pela sua integração num processo evolutivo cultural coerente, da antiguidade do *Ancorense* relativamente ao *Asturiense*, bem como da filiação cultural deste em relação àquele. Cumprir-se-ia, assim e aparentemente, a premonição inicial tida por Rui de Serpa Pinto.

A eternização e aplicação acrítica, repetitiva e mecanicista desta construção, a progressiva descaracterização registada, ao longo dos anos, em alguns dos seus pressupostos, e, finalmente, os significativos avanços operados a nível internacional, sobretudo a partir da década de cinquenta, nos fundamentos teórico-metodológicos, nos procedimentos analíticos e no quadro de conhecimentos no domínio da pesquisa sobre o Paleolítico, haveriam de, contudo, e ainda que tardiamente, conduzir à eclosão, na primeira metade da década de setenta, de um sentimento de insatisfação e premente necessidade de renovação e modernização da investigação paleolítica em Portugal, nos seus mais variados domínios – princípios metodológicos, instrumental analítico e quadro de conhecimentos.

Será, justamente, neste contexto, que iremos situar o terceiro cenário de representação do *Ancorense*, cuja autoria se deve a Vítor de Oliveira JORGE (1971, 1972, 1974). Centrando a sua acção, por um lado, na crítica aos pressupostos metodológico-analíticos até então empregues no estudo e classificação dos materiais líticos – apontando e dando início, simultaneamente, à aplicação de vias alternativas actualizadas para a pesquisa neste domínio – e, por outro, na urgente necessidade de efectivar uma reavaliação, revisão e actualização de muitas das conceptualizações e referenciais em que se havia alicerçado a construção do quadro cognitivo da Pré-História Antiga portuguesa, este autor irá procurar construir uma nova grelha de leitura e compreensão da evolução e características das suas indústrias líticas paleolíticas.

Assim, face à elevada representação assumida pelos artefactos de tipo seixo talhado no seio de alguns dos conjuntos industriais então individualizados, e perante o suposto posicionamento cronológico destes, Vítor de Oliveira Jorge, estabelecendo um paralelismo com novos modelos interpretativos entretanto definidos para a Pré-História europeia e norte-africana (BIBERSON, 1960-61, 1961, 1963; BORDES, 1968; ZOTZ, 1968), admite a existência, no âmbito do paleolítico português, de um *Complexo Industrial de Seixos Afeixoados*, no seio do qual seria possível individualizar três estádios de desenvolvimento, o derradeiro dos quais integraria, no litoral Norte do país e na sua fase terminal, o *Asturiense* (leia-se, *Ancorense*).

Saliente-se, no entanto, que a abordagem da problemática específica desta indústria constituía, já então, para aquele autor, um domínio assaz complexo e controverso, talvez, por isso, nem sempre tratado e explicitado com clareza – a começar, desde logo, pelo seu entendimento quanto à sua cronologia – pelo que, no conjunto dos seus trabalhos, ela surge algo desvalorizada, como que relegada para um plano secundário e acessório.

O significado que atribuímos a este cenário, não resulta, como facilmente se depreenderá do atrás exposto, da profundidade analítica que sustenta o tratamento da problemática do *Ancorense*, muito menos do desenvolvimento concreto das pesquisas e/ou contributos de novos dados tendentes à sua abordagem e compreensão em moldes verdadeiramente científicos e actualizados. O mérito e importância que lhe reconhecemos prende-se, antes, com o que ele representa enquanto denúncia do esclerosamento e anacronismo a que havia chegado o quadro mental, conceptual e cognitivo da investigação tradicional e com a defesa que propugna da necessidade de uma nova *praxis* metodológico-analítica na abordagem e interpretação do registo arqueológico.

Todavia, ao canalizar a totalidade da suas críticas, bem como das suas propostas alternativas, para o domínio estritamente arqueológico, esta construção iria criar, ainda que involuntariamente, as condições para a emergência daquele que consideramos ser o quarto e último cenário de representação do *Ancorense*.

Este, desenvolvido a partir dos inícios dos anos oitenta, emerge, no fundamental, dos trabalhos de revisão conceptual e tentativa de caracterização morfotécnica e tipológica do “*Languedocense*” português, levados a cabo por Luís Raposo e António Carlos Silva.

Decorrendo destes estudos e uma vez recuperado e definitivamente estabelecido o verdadeiro significado do “*Languedocense*” no nosso país (quer quanto ao seu estatuto conceptual, quer quanto à sua caracterização morfo-técnica e tipológica, quer quanto, ainda, no que respeita à sua cronologia), ao *Ancorense* do litoral minhoto é atribuído o papel de mera *facies* costeira daquele, integrada no quadro de um *filum* industrial macrolítico, de cronologia pós-glaciar (RAPOSO, 1983, 1989; RAPOSO & SILVA, 1980-81, 1984; RAPOSO & TAVARES DA SILVA, 1993).

A fundamentação de tal entendimento, na ausência de qualquer investigação concreta e específica dos seus autores que o sustentasse, radicou, uma vez mais, na transposição de um conjunto de procedimentos e raciocínios de cariz analógico, consubstanciados, em larga medida, quer na necessidade, já anteriormente acentuada por Vítor de Oliveira Jorge, de actualização dos quadros de referência culturais para o Paleolítico português – a revisão do significado e conseqüente rejuvenescimento do *Languedocense*, em França (MERO, 1963), o estabelecimento da cronologia radiométrica para o *Asturiense*, nas Astúrias (CLARK, 1976a) – quer na convicção, subjectiva, de uma pretensa identidade (cronológica, morfotécnica e tipológica) entre o *Languedocense* e o *Ancorense* (ou *Asturiense* do litoral do Minho), quer ainda na adopção, enquanto quadro geral de

referência, de um modelo evolutivo unilinear para a sequência cultural do Paleolítico e do Epipaleolítico-Mesolítico da Europa do SW.

Como referimos anteriormente, a construção e compreensão destes diferentes cenários de representação do *Ancorense* no âmbito da Pré-História portuguesa não poderá, em nosso entender, ser dissociada de um contexto mais amplo, abrangente e conformativo, que se relaciona, directamente, com o enquadramento teórico e conceptual e com os preconceitos paradigmáticos da tradição intelectual da investigação no domínio da Pré-História Antiga.

Infelizmente, a importância que estes aspectos assumem no quadro dos processos de construção do conhecimento, nem sempre surge devidamente ponderada, avaliada e, muito menos, discutida pelos investigadores no decurso das suas análises. Neste sentido, e porque no caso específico da questão do *Ancorense* o papel desempenhado por tais conceitos e preconceitos adquire uma relevância significativa, à sua análise iremos dedicar, de seguida, a nossa atenção.

### 3. O QUADRO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

O quadro paradigmático que enforma a investigação tradicional do paleolítico europeu, e, por extensão, do português também, mergulha as suas raízes mais profundas na ideologia que, a partir da segunda metade do séc. XIX, atravessa transversalmente o universo das ciências naturais e sociais (algumas destas apenas emergentes, como a Arqueologia pré-histórica): o Evolucionismo.

Para a Arqueologia pré-histórica e uma vez ultrapassada a questão da sua legitimidade científica enquanto domínio autónomo do saber (pela afirmação e reconhecimento da antiguidade do Homem), colocava-se, agora, a questão de procurar aceder ao estudo da evolução dessa Humanidade longínqua, através da recuperação e reconstituição do seu passado representado pelos vestígios materiais por ela deixados.

A prossecução deste objectivo alicerçou-se, desde o início, na convergência de duas linhas norteadoras do desenvolvimento da pesquisa, que haveriam de caracterizar e condicionar, durante largas décadas, toda a investigação paleolítica europeia: uma, representada pela evolução temporal, através do estabelecimento de quadros cronológicos regionais; a outra, expressa pela evolução cultural, mediante a fixação e descrição dos respectivos processos de desenvolvimento da cultura material.

Por conseguinte, será neste contexto mais restrito e enquanto concepção universal indissociável dos conceitos, hierarquicamente relacionados, de *mudança, ordem, direcção no tempo e progresso* (LEWONTIN & LEVINS, 1985), que deveremos situar o enquadramento evolucionista das pesquisas inicialmente considerado.

No âmbito do desenvolvimento e aplicação prática da matriz normativa bipartida acima referida e, especificamente, no que concerne as questões da evolução cultural, a investigação paleolítica europeia tradicional adoptou um entendimento do conceito antropológico de *Cultura* enquanto testemunho do processo histórico (reflectido este na escala universal do progresso – a cultura como sinónimo de processo civilizacional).

Desta postura decorre uma apreensão do fenómeno cultural, em que se aceita o pressuposto

de que os povos primitivos se encontram naturalmente fraccionados em entidades étnicas, tribais ou sociais, as quais são detentoras de uma identidade cultural própria, distinta e reconhecível; em que se assume que cada uma dessas entidades culturais é passível de fragmentação num conjunto definido de características; e, finalmente, em que se considera que cada uma dessas características goza, não apenas de uma existência própria, mas também de uma história particular e autónoma (LEACH, 1985a, 1985b).

O corolário destas aceções constitui, dada a sua natureza e implicações, uma componente muito significativa da grelha de leitura utilizada na análise, compreensão e reconstrução dos processos evolutivos culturais do passado.

Assim e decorrendo destas perspectivas, as culturas são interpretadas como a manifestação material de grupos populacionais particulares, que partilham de um conjunto de princípios, valores e normas que lhes são exclusivos. Nesta óptica, a cultura existe ao nível desses grupos e não acima deles, pelo que um determinado conjunto industrial equivale a um determinado grupo étnico ou social; daí as culturas serem percebidas como autênticos “packages” de características diferenciadas entre si, mas pouco ou nada, diferenciadas internamente (BINFORD & SABLOFF, 1982; CLARK, 1994).

Porque análogas a entidades étnicas, as unidades básicas de análise são tratadas como constantes, mantendo uma grande coerência e integridade através do tempo e no espaço. Por este facto, o conceito de cultura é empregue na descrição de qualquer conjunto de objectos recolhidos num estrato único de um nível único de análise.

Tais objectos são normalmente ordenados em sequências que partem do mais simples para o mais complexo, o que pressupõe que se toma como adquirido que a cultura material terá, invariavelmente, evoluído de formas primitivas para formas mais sofisticadas, em analogia directa com os que eram tidos, então, como os princípios lógicos da ciência biológica.

Acresce ainda que, e porque também à escala regional as culturas são assumidas como conjuntos individualizados de características – que se afirmam materialmente e que são directamente correlacionáveis com entidades étnicas também elas diferenciadas – à cultura é atribuído um comportamento essencialmente estático, pouco propenso à miscigenação, em que a mudança, quando representada, tem lugar de uma forma lenta e gradual, sendo a manutenção da sua identidade no tempo o resultado da operatividade de factores culturais e/ou sociais internos.

Neste contexto, a mudança cultural, quando ocorre, é repentina e total, visto encontrar-se, normalmente, vinculada à mudança biológica (das entidades étnicas). Deste modo, o passado surge representado sob a forma de uma sequência rígida de etapas, cada uma delas independente, sem relação de continuidade com o antes e o depois; generalizando, as culturas mudam pouco, misturam-se pouco e modificam-se apenas gradualmente no tempo. A cultura é, assim, descontínua, quer temporal, quer geograficamente; por isso, a mudança cultural tem lugar, essencialmente, no plano da diacronia; a variabilidade sincrónica, quando admitida, é entendida unicamente a um nível estilístico, sendo inserida, contudo, também no contexto étnico.

Como anteriormente fizemos menção, a análise e compreensão dos processos culturais do passado, no quadro de uma perspectiva evolucionista, é indissociável de uma projecção temporal dos acontecimentos; situar e caracterizar no *Tempo*, ainda que relativamente, a evolução desse registo cultural mediante o estabelecimento de quadros cronológicos regionais de referência, constituiu, obviamente, uma tarefa indispensável e imperiosa da investigação.



Atendendo ao próprio contexto disciplinar de emergência e afirmação da Arqueologia pré-histórica, a conciliação destes dois desideratos ocorre, com total naturalidade, no quadro do diálogo primordial e genético encetado com a Geologia estratigráfica e a Paleontologia. Deste modo, e sob o patrocínio evolucionista, à complexidade evolutiva crescente da vida animal e vegetal, representada pelas associações e sequências de fósseis observadas nos estratos geológicos, correspondia, analogamente, uma progressiva complexidade da Humanidade pré-histórica, atestada estratigraficamente por uma sucessão de etapas de desenvolvimento cultural, identificadas por um número restrito de artefactos característicos.

Partindo desta analogia paleontológica, a investigação pré-histórica tradicional baseou-se, durante largas décadas, no conceito de “fóssil director”, para, por esta via, proceder ao estabelecimento das sequências e à definição das *facies* culturais em termos dos respectivos tipos ou grupos de tipos diagnósticos. Ambos e à semelhança dos seus congéneres biológicos, são entendidos como entidades diagnósticas, associados a unidades estratigráfico-culturais específicas, claramente individualizadas do ponto de vista espaço-temporal, sendo, por conseguinte, utilizados para demonstrar ou refutar a presença de tradições culturais particulares em qualquer lugar e em qualquer tempo. Dentro da lógica desta construção, os conceitos geminados de “fóssil director” e de “unidade estratigráfica-chave” constituíram, até aos finais dos anos quarenta, o fundamento teórico da sistemática tipológica convencional.

Acresce, e ainda no quadro desta assumida conformidade entre os universos cultural e natural – consubstanciada, por um lado, numa correlação directa entre as estratigrafias geológicas e as sequências culturais e, por outro, na assunção de que à semelhança do verificado em qualquer complexo paleontológico, também os complexos culturais se manifestam de uma forma sensivelmente constante – que a investigação tradicional passou igualmente a admitir como demonstrado, que as entidades analíticas estabelecidas na sistemática arqueológica (tipos e/ou conjuntos de artefactos) fossem reconhecidas como categorias naturais, tendo, por conseguinte, uma realidade objectiva (existem para além das percepções que temos delas), um significado intrínseco (são dotadas de sentido por direito próprio), sendo, por isso, implicitamente descontínuas e não alterando, por princípio, a sua constituição em função dos contextos, excepto enquanto reflexo de estilos particulares – tradições ou *phyla* – ou de funções específicas – *facies* (DIBBL & ROLLAND, 1992).

Deste modo, as unidades estratigráfico-culturais são tratadas como testemunhos de entidades sociais auto-conscientes (étnicas, raciais, etc.), sendo analisadas como conjuntos monotéticos de tipos covariantes (CLARK, 1992). Daí que a leitura da sua variabilidade (estilística ou funcional, como vimos) apenas possa ser explicada no contexto da problemática da identidade étnica ou da temporalidade cultural; no âmbito de uma determinada unidade espaço-temporal restrita (essencialmente monolítica em termos da sua definição operativa), cada tradição cultural específica apenas se pode exprimir segundo um único modelo, ou seja, por uma única indústria – as culturas diferem entre si como as espécies na natureza.

E nem os desenvolvimentos operados, a partir dos anos cinquenta, no seio da investigação paleolítica europeia, mercê dos contributos proporcionados pela chamada “Escola de Bordéus” (BORDES, 1950a, 1950b, 1953, 1959, 1961, 1968; SONNEVILLE-BORDES, 1960, 1963; SONNEVILLE-BORDES & PERROT, 1953, 1954, 1955, 1956), vieram alterar, no fundamental, o entendimento e as explicações em torno das questões do processo cultural.

Com efeito, não obstante se verificar, a partir de então, uma minimização da importância atribuída aos artefactos “diagnóstico” no âmbito da individualização e caracterização das unidades estratigráfico-culturais e, em sua substituição (ainda que não total e absoluta), se assistir a uma valorização, quer da frequência relativa de distribuições de tipos de artefactos, quer da infraestrutura e procedimentos tecnológicos que lhes estão subjacentes, quer ainda à introdução de uma vertente tipométrica na análise e sistemática dos próprios artefactos, a verdade é que, ao continuar a situar-se o fenómeno cultural dentro de uma perspectiva de abordagem eminentemente histórico-cultural, se constata a manutenção do quadro mental e conceptual dominante.

De facto, a única diferença reside na circunstância de, agora, se admitir que toda a complexidade e diversidade do comportamento humano é passível de ser identificada e, sobretudo, reduzida, a um mero conjunto de caracteres e atributos, ou a uma lista, mais ou menos extensa, de elementos-tipo, detentores de uma estranha e invulgar capacidade para definir e representar, na sua totalidade, o sistema cultural.

Todo este edifício teórico, que alguns autores não hesitam em qualificar como o paradigma dominante da investigação paleolítica (BINFORD & SABLOFF, 1982; CLARK, 1987, 1991; STRAUS, 1986, 1987, 1991; STRAUS & CLARK, 1986), não é, naturalmente, pelas posturas analítico-interpretativas que admite e impõe, isento de consequências no plano da leitura e interpretação do registo arqueológico.

Ainda que não seja o propósito deste texto proceder a uma análise exaustiva de tais implicações – mas apenas, reafirmamo-lo, dar um contributo para situar a questão do *Ancorense* no quadro genérico da problemática da variabilidade cultural no Paleolítico – pensamos, contudo, ser útil para uma tal discussão, a chamada de atenção para algumas das suas condicionantes e limitações, até porque elas poderão revelar-se significativas e elucidativas para a questão que nos propoemos tratar.

Neste sentido, partilhamos da opinião (CLARK, 1994) que, da postura e entendimento face ao processo cultural assumida por tal paradigma, resultou uma excessiva valorização e concentração da investigação no estudo e análise dos artefactos (os “fosséis directores” foram disso um claro exemplo) e, em contrapartida, uma secundarização, quando não uma anulação integral, da importância e significado dos contextos mesolíticos e espaciais dos próprios sistemas culturais de onde esses artefactos eram oriundos.

O ênfase a que acabamos de aludir, e a tendência, frequente, em isolar o estudo desses materiais dos demais domínios da investigação, acarretou uma desvalorização do papel e influência desempenhados pelas características físicas e ambientais dos espaços, uma ausência de perspectiva sistemática de largo alcance no tratamento e compreensão do fenómeno cultural e um desviar da atenção da pesquisa, durante décadas, de outras linhas de investigação inovadoras e, porventura, mais promissoras.

Ainda dentro da mesma linha de comportamento, também a notoriedade, porventura excessiva, atribuída à sistemática tipológica e estatística – como se esta fosse significativa por si mesma – terá conduzido a uma visão exageradamente normativa da própria cultura material, com as inevitáveis consequências daí resultantes, quer no plano da minimização da valorização e/ou da própria percepção da variabilidade patenteada pelo registo arqueológico, quer, pelo contrário, no dos prejuízos registados ao nível do reconhecimento e valorização de identidades e/ou padronizações mais abrangentes representadas no seio de algumas categorias de artefactos

e/ou dos próprios conjuntos industriais. Como refere J. DEACON (1990, 58) “*By focusing on the tools instead of the toolmakers, however, the humanity and creativity of the people who made the artefacts has been given less attention, making it seem as if they were the victims rather than the perpetrators of change*”.

As repercussões destas posturas na condução da investigação não se situam, todavia, apenas no âmbito de uma prática classificatória, por vezes, quase escolástica; elas acabam por determinar os próprios resultados desta mesma prática.

De facto, como salienta L.G. STRAUS (1986), implícita à argumentação daquilo a que este autor chama de “Escola normativa”, situa-se um raciocínio que funciona em circuito fechado, dado que ao admitir-se que uma determinada cultura se encontra definida a partir de uma frequência relativa de distribuições de certos tipos de artefactos, sempre que tal distribuição é identificada, esse conjunto é, inevitavelmente, associado a essa entidade – parte-se do princípio que uma determinada constituição de um conjunto de artefactos remete automaticamente para uma certa unidade estratigráfico-cultural, sendo dispensáveis outras justificações que não aquelas que decorrem da pretensa correlação cronológica e/ou filiação cultural dos responsáveis pelo seu fabrico. Inversamente, todos os desvios registados em termos de composição resultam de diferenças operadas nos domínios cronológico e/ou cultural.

Assim sendo, sempre que um conjunto industrial divergente é identificado, ele deverá, obrigatoriamente, ser associado a uma entidade cronológico-cultural também ela distinta. Dentro deste modelo é, portanto, impossível admitir que diferentes aspectos de uma determinada entidade cultural possam sofrer alterações – que não tenham lugar num contexto de alteração global de todas as suas características – surgindo como distintos conjuntos de artefactos em distintos lugares e tempos.

Os efeitos deste entendimento no plano do significado da variabilidade cultural são, por demais, evidentes; tal ocorrência oscila, unicamente, entre dois pólos: ou de natureza temporal, ou de índole cultural (estilo ou função).

E de pouco valeu a circunstância de, pelo menos desde os finais da década de setenta, alguns autores (JELINEK, 1976; JONES, 1979; TAVOSO, 1978; VILLA, 1978, 1981, 1983), entre muitos outros, terem começado, consistentemente, a chamar a atenção para a possibilidade de, ao nível de tal problemática, se poder verificar a participação de outras variáveis explicativas, designadamente, a matéria-prima, a tecnologia e mesmo a participação de factores pós-deposicionais. Na medida em que tais aspectos, sobretudo os dois primeiros, não se coadunam com a lógica de construção inerente às explicações estabelecidas no quadro do paradigma tradicional, toda a discussão em torno da temática da variabilidade permanece, no fundamental, centrada nos tópicos já referidos, dificultando, deste modo, a abertura e plena afirmação de outras vias de pesquisa e explicação.

O resultado de todos estes constrangimentos e limitações traduziu-se, para a Europa do SW, no estabelecimento de um conjunto de unidades estratigráfico-culturais convencionais, com propriedades generalizáveis (por vezes assentes em noções vitalistas *a priori* sobre a própria evolução tecno-tipológica dos artefactos que as fundamentam), organizadas temporalmente, no âmbito de uma perspectiva histórico-cultural, numa sequência cronoestratigráfica construída ao abrigo de uma fé positivista numa lei natural e universal de evolução unilinear.

A corporização de todo este edifício – expoente máximo do evolucionismo cultural clássico

do século XIX, caracterizado pelo seu esquema rígido de etapas percorridas, obrigatoriamente, por todas as sociedades humanas – tem a sua expressão mais acabada e paradigmática, no modelo, generalizante, proporcionado para a sequência evolutiva crono-cultural do Plistocénico Superior da clássica região do Périgord francês.

Que apreciação se poderá, então, realizar relativamente às posturas e perspectivas teóricas dominantes, que têm norteado a investigação no domínio do Paleolítico da Europa do SW? Perante uma estrutura de pesquisa e abordagem do registo arqueológico tão redutora e mecanicista, nuns casos, e tão compartimentada, noutros, qualquer aproximação à compreensão do processo cultural permanecerá, como é natural, fortemente limitada pela ausência de alternativas.

Deste modo, e no contexto em que nos procuraremos situar ao longo deste trabalho, o desiderato final de toda esta construção é por demais evidente: por um lado, uma configuração normalizada e estereotipada dos conjuntos industriais; por outro, e na medida em que os vectores estruturantes dos sistemas culturais do passado (representados pelos nexos existentes entre as evidências materiais e os seus contextos) são praticamente anulados, a incapacidade de percepção e análise da integridade e coerência dos próprios sistemas dinâmicos responsáveis pelo registo cultural; por outro, ainda, e conseqüentemente, a ausência de “espaço” mental e conceptual para admitir e equacionar, em novos moldes, a problemática da mudança e, sobretudo, a da variabilidade cultural.

#### 4. OS NOVOS DADOS

Da síntese retrospectiva traçada anteriormente (*cf.* 2) terá resultado evidente as insuficiências, limitações e, sobretudo, presunções em que, desde sempre, incorreu a investigação tradicional na(s) sua(s) tentativa(s) de abordagem da questão do *Ancorense*.

Com efeito, e ao longo de décadas, todos os entendimentos e cenários edificados a seu respeito têm vindo a apoiar-se e a partilhar, em maior ou menor grau, quer no que concerne aos seus fundamentos e procedimentos analíticos, quer no que respeita à lógica da sua construção, de um denominador comum, o qual poderá representar-se pelo seguinte conjunto de características e comportamentos: o desprezo pelo estabelecimento e caracterização da sedimentogénese dos depósitos; o absoluto desinteresse votado à identificação e qualificação dos fenómenos pedogenéticos; a crença num quadro litoestratigráfico desprovido de significado verdadeiramente regional; a incapacidade de compreensão da arquitectura e individualização dos fenómenos que presidiram à evolução deste mesmo quadro; o desenvolvimento de um outro, de natureza cronoestratigráfica, simplista e redutor da realidade; a utilização exclusiva de colecções de materiais arqueológicos desprovidos de qualquer contextualização estratigráfica rigorosa e de representatividade e homogeneidade duvidosas; a adopção de comportamentos metodológico-analíticos deficientes e/ou demasiado simplistas no estudo, interpretação e/ou valorização desses mesmos materiais; e, finalmente, o recurso, praticamente sistemático, a procedimentos e preconceitos de cariz analógico no âmbito da sua classificação e identificação cronológico-cultural.

A revisão deste modelo congénito, anacrónico e restritivo, e a sua superação, operaram-se,

no decorrer dos anos oitenta, no contexto de um projecto de investigação de natureza pluridisciplinar, no seio do qual se procuraram articular duas linhas de pesquisa fundamentais: uma, tendo por base a individualização e caracterização do registo morfossedimentar e paleopedológico em presença, visando a identificação das principais etapas da morfo e sedimentogénese quaternária regional, o estabelecimento da sua sequência lito e cronoestratigráfica e, ainda, a compreensão e reconstituição dos respectivos paleoambientes físicos; a outra, alicerçada num amplo conjunto de intervenções de natureza arqueológica e numa análise técnico-tipológica actualizada dos materiais nelas encontrados, dirigida para a particularização e qualificação das indústrias líticas pré-históricas regionais, para a individualização e caracterização dos respectivos sistemas de produção e, ainda, para o reconhecimento e valorização da dinâmica evolutiva nelas representada (MEIRELES, 1992; 1994, 1996; MEIRELES & TEXIER, 1993).

Assim, e em resultado da sua concretização, foi possível definir os principais momentos que atestam a evolução morfossedimentar do Quaternário do litoral do Minho, a qual se traduz, no domínio marinho, pelo estabelecimento de dez terraços marinhos – cuja realidade se encontra atestada pela presença de sucessivas plataformas de abrasão escalonadas, associadas a depósitos marinhos correlativos – alguns deles de natureza poligénica, constituídos, por um lado, em função de sustentados fenómenos de levantamento epirogénico, em articulação com movimentos tectónicos de grande raio de curvatura, e, por outro, em resposta às numerosas oscilações de natureza glacio-eustática verificadas no decurso do Plio-Plistocénico.

Entretanto, no domínio continental, a sequência pedoestratigráfica da região espelha a ocorrência de uma série de ritmos dinâmicos de sinal contrário, submetidos, normalmente, a um controlo climático e que se exprimem numa alternância entre etapas de estabilidade e de instabilidade morfológica.

As primeiras, surgem marcadas pelo desenvolvimento, ora de processos pedogenéticos – formação de solos vermelhos lessivados e de solos de tipo ranker atlântico – ora de fenómenos localizados – espacial e temporalmente – de sedimentação lagunar. As segundas, encontram-se representadas por sucessivas gerações de depósitos de natureza coluvionar, cujo estabelecimento decorre, habitualmente, num quadro de degradação das condições ambientais – salvasse, no entanto, a possibilidade de alguns destes depósitos, designadamente os de cronologia holocénica, terem podido resultar de condicionamentos de carácter estacional e/ou já da própria antropização do território.

No que aos dois derradeiros ciclos climáticos respeita, a tradução deste registo no quadro litoestratigráfico regional concretiza-se pela presença de uma, até agora, insuspeitada e complexa sequência, da qual fazem parte, da base para o seu topo:

- a *Formação marinha M9b*, integrada no terraço marinho poligénico M9;
- uma primeira geração de depósitos coluvionares, denominados de *Coluviões Antigas (CA)*, as quais, do ponto paleoclimático e da sua dinâmica de formação, atestam uma das etapas de maior degradação das condicionantes mesológicas identificadas na região; posteriormente, estas coluviões suportaram o desenvolvimento de um processo pedogenético, caracterizado pelo estabelecimento de um *solo vermelho lessivado*;
- a *Formação marinha M10*, integrada no terraço M10;
- uma segunda geração de coluviões, apelidadas de *Coluviões Recentes I (CR1)*, caracterizadas por uma dinâmica bastante intensa de remeximento e estabelecidas num quadro

- climático bastante rigoroso;
- as *Formações paleolagunares* (L) que têm, no continente, um solo de tipo *ranker atlântico* como seu equivalente lateral;
  - uma terceira geração de depósitos coluvionares, designados por *Coluviões Recentes 2* (CR2), traduzindo uma menor competência dos fenómenos de coluvionamento, em consequência, possivelmente, de uma tendência para uma maior aridificação climática; suportam, igualmente, um segundo solo de tipo *ranker atlântico*;
  - uma quarta geração de depósitos coluvionares, intitulados de *Coluviões Recentes 3* (CR3), cujo estabelecimento, processado no âmbito de fenómenos de escorrência concentrada bastante activos, associados a uma significativa degradação da cobertura vegetal, resulta do remeximento, por coluvionamento, dos horizontes superiores do *ranker* acabado de referir; posteriormente, esta unidade viu-se afectada por uma outra pedogénese, também ela representada por um solo de tipo *ranker atlântico*;
  - finalmente, encerra a sequência litoestratigráfica regional um *Complexo de unidades sedimentares de origem eólica ou coluvionar* (D/CH); o estabelecimento localizado destas últimas poderá, nalgumas circunstâncias, encontrar-se já associado à antropização da região.

Face ao carácter azóico destes depósitos, as propostas de índole cronoestratigráfica avançadas, tomando como referencial a escala isotópica marinha baseada na relação dos isótopos  $^{18}\text{O}/^{16}\text{O}$ , apoiam-se, por um lado, em argumentos de natureza morfo e sedimentogenética e paleopedológica (BERTRAN, TEXIER & MEIRELES, 1991; MEIRELES, 1992; MEIRELES & TEXIER, 1993; TEXIER, BERTRAN & MEIRELES, 1989), por outro, na circunstância da sequência regional de terraços marinhos obedecer, essencialmente, a um controlo epirogénico e glacio-eustático e, por outro ainda, naquele que é o vasto registo paleoclimático, morfossedimentar e pedoestratigráfico actualmente reconhecido para o Plistocénico Médio final, Plistocénico superior e Holocénico Inferior das fachadas atlânticas europeia e marroquina<sup>2</sup>.

Deste modo, será defensável o estabelecimento do seguinte quadro cronoestratigráfico: as formações marinhas M9b e M10 representariam, respectivamente, as etapas transgressivas correspondentes ao estágio isotópico 7 e ao sub-estágio 5c; as coluviões CA seriam correlacionadas com o estágio isotópico 6; as coluviões CR1 e os depósitos paleolagunares L traduziriam fases estadiais e inter-estadiais do início do último período glacial, ou seja, os sub-estádios 5d a 5a;

<sup>2</sup> O número de títulos abordando esta temática é de tal forma extenso, que se torna impraticável, no âmbito deste artigo, a sua referência exaustiva; todavia, gostaríamos de sublinhar os trabalhos de ALBERTI & RAMIL REGO, 1996; BERTRAN, 1989; BERTRAN & TEXIER, 1990a, 1990b; BRUNNACKER, 1978; DAVEAU, 1986; DIAS, 1985, 1987; FEDOROFF & GOLDBERG, 1982; FREIRE & ROMANI, 1989; GOMEZ, 1989; HALLEGOUET & VAN VLIETLANOE, 1986; HALLEGOUET *et al.*, 1980; HAESAERTS, 1984; JALUT, 1990; LAUTRIDOU, 1984, 1985; LAUTRIDOU *et al.*, 1983, 1986; LEFEVRE *et al.*, 1985; MARY, 1967, 1968, 1971, 1972, 1979, 1983, 1985, 1986, 1990; MONNIER & VAN VLIET-LANOE, 1986; MORZADEC-KERFOURN, 1972, 1974; MORZADEC-KERFOURN *et al.*, 1982; PUJOL & TURON, 1986; RAMIL REGO & RODRÍGUEZ, 1992; RAMIL REGO & ORELLANA, 1996; ROUGIE, 1985; RUDDIMAN & MCINTYRE, 1976, 1981; RUDDIMAN & WRIGHT, 1987; RUDDIMAN *et al.*, 1980, 1989; SAÁ OTERO & DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, 1985, 1986, 1988; SOMMÉ, 1975; TERS, 1973, 1976, 1977; TEXIER *et al.*, 1983; TEXIER & RAYNAL, 1985; TEXIER, RAYNAL & LEFEVRE, 1985; TURON, 1984; TURNER & HANNON, 1988; VAN VLIET-LANOE, 1986, 1988, 1990; VANMOURIK, 1986; VAUDOUR, 1973; VAZART, 1983; WATTS, 1986.

as coluviões CR2 exprimiriam a etapa de degradação climática identificada com o derradeiro período glaciário (estádios 4 a 2); a sequência corporizada pelas coluviões CR3 e pelos dois últimos processos pedogenéticos antes mencionados, corresponderia ao Tardiglaciário e/ou ao Holocénico Inferior; finalmente, as unidades D e CH seriam, manifestamente, detentoras de uma cronologia holocénica<sup>3</sup>.

Uma vez definidas as sequências lito e cronoestratigráficas regionais, passaremos, seguidamente, e em subordinação à sua sucessão diacrónica, a situar e enunciar, de um modo sintético, os conjuntos industriais que, com elas, directamente se articulam.

Assim, e no que respeita às unidades litoestratigráficas M9b e CA, elas proporcionaram, até ao momento, a identificação de conjuntos que, pelas suas características tecno-tipológicas, poderemos, genericamente, integrar no tecno-complexo *Acheulense* das indústrias com bifaces.

Quanto aos materiais associados à unidade M10, eles dão expressão a alguns particularismos e especificidades técnicas e tipológicas que, no quadro global da dinâmica evolutiva regional, são susceptíveis de representar um estágio intermédio de desenvolvimento, no seio do qual se poderá situar a transição entre as anteriormente referidas indústrias, de cariz bifacial, do Plistocénico Médio final e as indústrias unifaciais do Plistocénico Superior. Trata-se, por conseguinte, e no estado actual dos nossos conhecimentos, de uma indústria à qual conferimos, sob reserva, um estatuto de *facies* particular (*Acheulense*?).

As unidades litoestratigráficas que, no âmbito do litoral minhoto, certificam a sedimentogénese operada no decurso do Plistocénico Superior – e cujo registo se conservou e/ou foi passível de identificação até ao momento – integram vários e distintos conjuntos industriais, os quais, contudo, partilham, no domínio dos sistemas de produção neles desenvolvidos, de uma característica técnica comum: o predomínio avassalador evidenciado pelas técnicas unifaciais. Este facto, aliás, e para além, obviamente, do seu contexto estratigráfico diferenciado, constitui, presentemente e dada a especificidade e exclusividade do registo correspondente a este momento de ocupação do litoral do Minho, o principal elemento qualificador da indústria que se encontra representada nas coluviões CR1.

Em contrapartida, os conjuntos identificados nas coluviões CR2, para além de reconhecidos em maior número, gozam, ainda, de uma representatividade tipológica acrescida, a qual serviu de sustentáculo, não apenas à sua caracterização técnico-tipológica fundamentada, mas, também, e consequentemente, à sua individualização e qualificação no âmbito do quadro evolutivo cultural: indústria *Ancorense*.

Relativamente às coluviões CR3, e tendo em consideração as limitações anteriormente assinaladas quanto ao estabelecimento rigoroso do seu posicionamento cronoestratigráfico, os materiais nelas detectados deverão ser entendidos dentro de um enquadramento cronológico-cultural genérico, situado no âmbito das *indústrias fini e/ou pós-paleolíticas*.

Traçada que foi, ainda que termos muito sumários, a sequência evolutiva cultural do litoral minhoto, iremos, seguidamente, dedicar particular atenção à caracterização daquela indústria que, nesse contexto, constitui a verdadeira razão de ser deste trabalho. Assim, dos

---

<sup>3</sup> Assinale-se, que uma destas unidades coluvionares CH pôde ser alvo de um conjunto de datações numéricas, pelo método da Termoluminescência, havendo proporcionado uma série de valores médios coerentes, que situam o seu estabelecimento à cerca de 4.0 ka BP (MEIRELES, 1992).

estudos tecno-tipológicos efectuados aos conjuntos atribuídos ao *Ancorense* (MEIRELES, 1982, 1986, 1992, 1994), sobressai o seguinte conjunto de características:

- o recurso ao quartzito – de grão médio a grosseiro e representado sob a forma de seixos rolados de morfometria marinha – como principal e quase exclusiva, fonte de matéria-prima (> 98%), o que confere à presença de outras rochas, nomeadamente o quartzo, um carácter meramente fortuito, desprovido de qualquer significado;
- do ponto de vista técnico, saliente-se o predomínio esmagador detido pelas lascas de talão cortical (com uma representação que iguala ou se aproxima sempre dos 98%), o que traduz, não apenas e de modo inequívoco, a importância detida pelas técnicas de produção unifaciais, mas, também, e consequentemente, remete a presença de lascas de talão cortical para um plano accidental e aleatório, privado de qualquer enquadramento operativo específico e sistematizado;
- sublinhe-se, igualmente, a importância alcançada pelas lascas de 1ª geração – com uma representação média aproximada de 72% – resultantes de um talhe lateral adjacente, normalmente associado à realização de seixos talhados unifaciais; contudo, refira-se, também, a não menosprezável presença de lascas de 2ª geração (25%), decorrente, porventura, do fabrico de uma categoria particular de macro-utensílios presente nesta indústria, os artefactos de tipo pico;
- curiosamente, particular destaque merece a circunstância de, no quadro das evidências actualmente disponíveis, não ter sido observada a presença de nenhum sistema convencional organizado de produção de suportes, radicado numa exploração sistematizada de núcleos;
- tão somente é registado, e ainda assim gozando de um estatuto claramente secundário, o desenvolvimento de um sistema dirigido para a obtenção de lascas de descorticação de grandes dimensões, destinadas a funcionarem como suportes para a realização de macro-utensílios – “hachoirs”, picos e utensílios afins aos seixos talhados;
- ainda neste contexto, realce-se a inexistência de qualquer produção de cariz verdadeiramente laminar ou lamelar, bem como de qualquer evidência que apoie a utilização de percutores elásticos;
- finalmente, e no âmbito do retoque, este afirma-se pelo seu carácter simples, oblíquo, frequentemente marginal, o que motiva, ao nível da utensilagem sobre lasca, um reduzido grau de transformação morfológica dos suportes;
- na esfera tipológica, estamos diante de uma indústria que, numa primeira análise, poderemos rotular de aparentemente equilibrada, dada a importância que nela assume, quer a macro-utensilagem, quer a utensilagem sobre lasca;
- quanto à primeira, destaque é devido para a categoria dos seixos talhados unifaciais, os quais representam cerca de 1/3 do total daquela; por outro lado, e ainda que ocupando uma posição secundária em relação àqueles, sublinhe-se, ainda, a presença de utensílios de tipo pico, realizados através de um talhe unifacial bilateral convergente e/ou sub-paralelo;
- quanto à utensilagem sobre lasca, ela detém o lugar de maior destaque no seio desta indústria, emergindo, no que concerne à morfologia dos elementos que a integram, perfeitamente enquadrada no contexto técnico anteriormente referenciado – os seus suportes conservam, habitualmente, significativas reservas corticais nos anversos, não sendo, para



- além disso, observável qualquer tipo de preparação específica prévia à sua extracção;
- as categorias tipológicas melhor representadas são os denticulados e os entalhes, seguidas pela dos raspadores, e, finalmente, por um conjunto diversificado, ainda que quantitativamente muito pouco significativo, e atípico, de outros utensílios, nomeadamente, “becs”, raspadeiras, furadores e buris.

Concluída a apresentação das características técnico-tipológicas mais marcantes da indústria *Ancorense*, pensamos, e antes de dar por terminada mais esta etapa do nosso trabalho, dever recordar a circunstância de, e a partir dos estudos analíticos detalhados que lhe serviram de fundamento (MEIRELES, 1992), ter ficado demonstrada, não apenas a autonomia cultural e cronológica desta indústria relativamente a outras com ela tradicionalmente aparentadas e/ou tidas como equivalentes – *Asturiense* e *Languedocense* – mas também o quanto os argumentos de natureza técnico-tipológica que serviam de sustentáculo a tais presunções, se revelavam, afinal, inconsistentes e desfasados da verdadeira realidade dos factos.

## 5. PROPOSTAS PARA UMA NOVA LEITURA: A PROPÓSITO DA VARIABILIDADE ESPACIAL E TEMPORAL

O novo quadro cognitivo emergente relativo ao *Ancorense*, ao invalidar e determinar, por um lado, e em definitivo, o abandono de um conjunto de raciocínios analógicos e de práticas analíticas que, desde sempre, haviam conformado e condicionado a pesquisa – e, desde logo, o próprio conhecimento – e, por outro, ao proporcionar o esclarecimento e superação de muitas das incógnitas e lacunas com que, até aqui, se havia confrontado a investigação, veio, contudo, e simultaneamente, potenciar o surgimento de uma série de questões e problemáticas que, a partir de agora, importará recolocar e reequacionar. De entre elas, encontra-se aquela cuja primeira aproximação constitui o móbil deste trabalho: a questão da variabilidade no seio das indústrias líticas paleolíticas e suas implicações na problemática da continuidade/descontinuidade cultural.

No contexto cronoestratigráfico e evolutivo cultural em que anteriormente situámos a indústria *Ancorense* (cf. 4), abordar tal aspecto representa, naturalmente, não apenas questionar e reexaminar o carácter generalizante e a linearidade evolutiva do modelo tradicional estabelecido para o Plistocénico Superior do SW europeu, mas, também, situar a discussão em torno da variabilidade espácio-temporal das diferentes indústrias líticas.

Este desafio pressupõe, no entanto, uma lúcida consciência, quer das limitações – fundamentalmente no que se refere a uma definição mais rigorosa do quadro cronológico – que ainda recaem sobre a sua pesquisa e o conhecimento, quer do facto de uma parte muito significativa do estudo da Pré-História Antiga europeia se encontrar estruturado – não apenas no que se refere à interpretação histórica do registo arqueológico, mas, desde logo, ao nível da própria selecção e valorização da informação que a sustenta – em concepções de investigação que dificultam a adopção de novas abordagens; por estas razões haverá que pautar todas as reflexões e propostas a apresentar por uma atitude de prudência interpretativa

Contudo, simultânea e paradoxalmente, ele obriga também à adopção de uma postura provida

de alguma ousadia, quer no sentido de vencer a inércia em que a investigação tradicional fez cair, durante décadas, a discussão da problemática da variabilidade, quer para superar a recorrente desvalorização apriorística dos dados oriundos de regiões tidas como periféricas, normalmente admitida e praticada pelos próprios investigadores. Aliás, esta postura é tanto mais justificada quanto, progressivamente, vai ficando patente a dificuldade e o desconforto revelado pelo referido modelo, em consubstanciar e reflectir não apenas a sua própria realidade mas, sobretudo, a das regiões limítrofes.

Assim, a presença, no âmbito do registo evolutivo cultural do Pleniglacial do SW europeu, de uma indústria assente numa economia da matéria-prima e com as características técnico-tipológicas anteriormente referenciadas para o *Ancoreense*, não pode deixar de representar, no quadro do modelo de referência tradicional, uma situação anómala, quer em termos cronológicos, quer no que respeita à coerência formal do próprio processo cultural.

Mau grado as indefinições que ainda pesam sobre uma datação mais precisa da indústria em análise – pois não podemos, no estado actual dos nossos conhecimentos, situá-la, em definitivo, no quadro convencional do Paleolítico Superior – permitimo-nos, todavia, discutir a pertinência, no âmbito do paradigma normativo-cultural convencional, da construção normalmente admitida para a justificação da variabilidade, ao não contemplar esta a correlação com outras variáveis, que não as decorrentes do tempo e da individualização de “culturas”. E, no entanto, tal correlação é absolutamente indispensável, se, justamente, pretendermos valorizar e compreender, naquele contexto, não apenas, e especificamente, o registo disponível para o litoral do Minho, mas também, e numa perspectiva abrangente, o da globalidade do NW peninsular.

Com efeito, e ainda que tradicionalmente integrada na vasta “província cultural” franco-cantábrica, a zona do Cantábrico (País Basco, Biscaia, Cantábria e Astúrias) tem vindo a acumular, no decurso das duas últimas décadas, um conjunto de evidências – de entre as quais poderemos destacar as que se relacionam, quer com as estratégias de exploração e gestão dos recursos litológicos disponíveis, quer com as tecnologias líticas desenvolvidas, quer, ainda, com as especificidades da própria sequência cultural regional reconhecida – que, quando devidamente ponderadas, não apenas lhe conferem uma individualidade e identidade próprias, como constituem, também, e fundamentalmente, um claro testemunho da alargada margem de variabilidade possível no âmbito dos sistemas adaptativos regionais, proporcionando, por esta via, outras grelhas de leitura e contextualização para o *Ancoreense* do litoral minhoto.

Enquanto que na paradigmática zona do SW de França a convencional transição entre o Paleolítico Médio e o Paleolítico Superior surge associada à generalização de significativas alterações no sentido do desenvolvimento de técnicas mais sofisticadas e extensivas de produção de suportes líticos (produções laminares) e, frequentemente (ou consequentemente!), à introdução de novas estratégias de exploração e gestão dos recursos litológicos – representadas pela importação de recursos litológicos exóticos de elevada qualidade – a realidade da região cantábrica autoriza, contudo, o questionamento da universalização de tais comportamentos.

Zona de limitados recursos litológicos de qualidade – onde se regista um gradiente, de sentido Este-Oeste, no que se refere à disponibilidade de sílex – e em cujo substrato predomina, particularmente no seu sector ocidental, o quartzito, esta região tem vindo a proporcionar a identificação de um número significativo de conjuntos industriais – atribuídos, quer ao Paleolítico Médio, quer, sobretudo, ao Paleolítico Superior – cujas características técnico-tipológicas e no

domínio da economia das matérias-primas, os afastam daqueles padrões de conduta.

Dos estudos e observações efectuados<sup>4</sup> (CLARK & LINDLY, 1989; RASILLA VIVES, 1994; STRAUS, 1983, 1990, 1992; STRAUS *et al.*, 1986; UTRILLA MIRANDA, 1981), e independentemente do período cronológico-cultural considerado, sobressai, para além do carácter local do abastecimento, a constatação da prática de uma gestão orientada e claramente diferenciada dos recursos litológicos utilizados. Em concreto, esta atitude traduz-se por um padrão de aprovisionamento no qual, e dentro da oferta litológica proporcionada pelo meio, se sistematiza uma nítida separação das matérias-primas em duas entidades, individualizadas em função das suas características morfo-estruturais (isotropia, textura, presença/ausência de planos de clivagem): uma, representada, fundamentalmente, pelo sílex (mesmo quando a presença desta rocha é minoritária no quadro da oferta litológica do meio), destinada à elaboração de produções laminares e de suportes não espessos; a outra, integrando, sobretudo, o quartzito, utilizada para a obtenção de lascas e de outros suportes espessos, mercê o recurso a procedimentos técnicos menos sofisticados<sup>5</sup>.

No plano tipológico, as repercussões deste comportamento são, também elas, por demais evidentes. Assim, nas zonas em cujos terrenos predomina o quartzito, designadamente nas Astúrias, as produções laminares são escassas (e estabelecidas sobre sílex), denotando os conjuntos industriais uma aparência rotulada de “arcaizante”, em consequência da clara relação existente entre aquela rocha e a presença quantitativamente significativa de utensílios do substrato (raspadores, denticulados, entalhes, seixos talhados uni e bifaciais, etc.). Concomitantemente, nas áreas em que o sílex atinge uma maior expressão, assiste-se, por um lado, a um maior protagonismo das sofisticadas tecnologias laminares e, por outro, a uma estreita articulação entre aquela matéria-prima, os suportes laminares e as utensilagens especializadas, de menor dimensão e espessura, normalmente tidas como específicas das indústrias do Paleolítico Superior.

Este conjunto de evidências leva, de imediato, a ponderar a questão do impacto detido pela condicionante litológica na esfera das aptidões e características técnico-tipológicas dos conjuntos industriais, ou seja, a admitir até que ponto a variabilidade da matéria-prima pode ser responsável por uma porção significativa da variabilidade espacial observada nos conjuntos industriais. Neste particular, e ainda que tenhamos que reconhecer que, no contexto da investigação tradicional, a ponderação e valoração dos aspectos relacionados com as características intrínsecas das matérias-primas (suas propriedades mecânicas, textura, forma e dimensão dos recursos disponíveis, etc.) permanece, ainda hoje, um domínio frequentemente subestimado, quando não negado – subsistindo, em contrapartida, a crença de que qualquer que fosse a matéria-prima utilizada, o homem pré-histórico possuiria sempre a competência e a vontade necessárias para lhe aplicar as técnicas que integravam a sua tradição e herança cultural –

---

<sup>4</sup> O estudo da economia das matérias-primas constitui, na actualidade, um poderoso recurso metodológico, possibilitando uma via de acesso a domínios fundamentais do comportamento – económico, social, territorial, tecnológico, etc. – das comunidades do passado; a sua importância é, ainda, acrescida, quando dificuldades de carácter estrutural – acidez dos solos, por exemplo – impossibilitam o acesso a registos de outra natureza, situação, aliás, frequente no NW peninsular, nomeadamente no litoral minhoto.

<sup>5</sup> A presença, no Solutrense superior cantábrico, de pontas de base concáva em quartzito deve-se à qualidade excepcional da matéria-prima empregue no seu fabrico – quartzito de grão muito fino e alto grau de recristalização da matriz (RASILLA VIVES, 1994).

começa, progressivamente, a firmar-se a ideia, de que nem todos os recursos litológicos são susceptíveis de ser manipulados, com igual eficácia e rentabilidade, através da aplicação de qualquer técnica<sup>6</sup>. Daqui resulta o reconhecimento da existência de uma estreita relação de dependência entre a litologia e as características tecno-tipológicas dos conjuntos industriais.

De facto, e como já o haviam salientado, ainda que em distintos momentos, M. OTTE (1990), P. MELLARS (1992) e P. J. MITCHELL (1995), o comportamento técnico de um artifice varia em função das propriedades mecânicas específicas da matéria-prima que manipula, influenciando (e determinando?), por essa via, domínios tão diversificados como a escolha das diferentes estratégias de exploração dos núcleos, as características morfológicas dos artefactos e, porque não, acrescentaríamos nós, o próprio perfil tecno-tipológico das “entidades” culturais.

A natureza e compreensão limitadas com que, por vezes, foram concebidas algumas das entidades culturais da Pré-História, fez com que, não raramente, se tivesse tomado em consideração para a sua caracterização apenas um único elemento diagnóstico – a sua expressão tipológico-normativa – esquecendo-se que uma cultura não se resume a um simples aglomerado de objectos líticos, antes se exprime e se afirma, pelo conjunto de relações e inter-dependências que possam existir entre aqueles e o meio que os contextualiza e justifica. Como refere T. INGOLD (1994, 335), *“Though the objects of material culture are commonly described as “artifacts”, it is impossible... to establish a precise boundary separating the domain of “artificial” from that of “natural” things. The boundary is more a product of a way of thinking that separates conceptual design from material substance and that envisages the activity of making as an intentional imposition of design on substance to yield manufactured objects. The reality is that both people’s designs and the things they make are caught within the historical trajectory of their relations with one another and with their material surroundings”*.

Como já anteriormente havíamos mencionado, o modelo tradicional de referência definido para o SW europeu contempla, ainda, um segundo parâmetro diagnosticador: o desenvolvimento de tácticas de aprovisionamento de matérias-primas estabelecidas a longa distância. Este comportamento – inserido num contexto mais amplo de instalação de um novo conjunto de estratégias de sobrevivência – é tido, justamente, como decorrente das necessidades, no plano da disponibilidade e acessibilidade a matérias-primas de elevada qualidade, requeridas pela implementação e generalização das novas tecnologias de produção de suportes estandardizados.

Neste sentido, e de acordo com os trabalhos efectuados, as evidências observadas para a clássica região do SW da França fornecem, em tal domínio, valores máximos para as distâncias percorridas por materiais exóticos de elevada qualidade, que chegam, em média, a atingir os 80-100 km (GAMBLE, 1995). Ora, se tivermos presente o anteriormente referido, a este propósito, em relação ao Ancorense (cf. 4), constataremos que, mais uma vez, o registo do litoral minhoto evidencia uma situação anómala.

Será que, desta vez, ele se encontra, verdadeiramente, isolado, constituindo, de facto, uma aberração comportamental? A resposta, também aqui, terá que ser negativa, já que, em seu auxílio ocorre, de novo, a realidade observada na generalidade do território cantábrico e da

---

<sup>6</sup> O que já se encontra claramente demonstrado a propósito, por exemplo, da aplicabilidade do método “levallois” (DIBBL, 1985; DIBBL & ROLLAND, 1992; FISH, 1981; MELLARS, 1992; TAVOSO, 1984).

Galiza. Com efeito, em toda esta região, em nenhum momento vamos encontrar testemunhos da transferência de matérias-primas a longa distância. Pelo contrário, o padrão aqui verificado, e que permanece constante, é o do carácter local do abastecimento, feito a partir daqueles recursos litológicos que o meio faculta à superfície, sendo, por conseguinte, a procura satisfeita mediante uma reduzida acção sobre o meio (LLANA, 1990; STRAUS, 1992).

Então, como entender mais esta aparente contradição, entre a realidade e o modelo que é suposto ela representar? Pensamos que, também neste capítulo, haverá que relativizar o valor, importância e significado do paradigma histórico-cultural e normativo-tipológico tradicional, e ter consciência que a construção que o sustenta, se apoia, por um lado, e mais uma vez, numa visão abusivamente generalizadora e simplista dos processos e num entendimento unilinear e mecanicista das noções de “progresso” e “complexidade” e, por outro, numa leitura restritiva da variabilidade cultural, no seio da qual se minimiza o papel dos contextos e das características mesológicas nas respostas adaptativas particulares encontradas pelos sistemas culturais no decurso da sua evolução e desenvolvimento. A mobilidade e a transferência de recursos a longa distância, no quadro deste paradigma, são retratadas como inevitabilidades, como factores inalienáveis e intrínsecos, autênticas constantes do próprio fenómeno cultural – entendendo-se este último na sua aceção mais restritiva, identificada, fundamentalmente, com os testemunhos da cultura material; elas não são consideradas como variáveis, compreendidas e explicáveis à luz das múltiplas soluções adaptativas passíveis de ser desenvolvidas pelos sistemas, em função dos meios que estes ocupam.

A aceitação desta última premissa, privilegiando a componente adaptativo-ecológica dos processos, conduz-nos a uma outra valoração – que não a da anormalidade – do registo observado no litoral atlântico do Norte da Península Ibérica. Assim, e de acordo, por exemplo, com o modelo proposto por S.H. AMBROSE e K.G. LORENZ (1990), tal evidência poder-se-á correlacionar directamente com a abundância e previsibilidade espácio-temporal dos recursos alimentares disponíveis regionalmente. Com efeito, a ocupação e exploração de territórios caracterizados pela presença de recursos alimentares abundantes e previsíveis, poderá invalidar a necessidade da prática de uma mobilidade alargada e extensiva, determinando, desta forma, uma manipulação privilegiada da oferta litológica, ainda que qualitativamente limitada, representada nesse mesmo espaço. Não será certamente despiciendo ter presente, a este propósito, a circunstância da zona litoral atlântica norte peninsular desde sempre ter constituído, justamente, uma região particularmente rica e diversificada em recursos potencialmente exploráveis, facto facilmente demonstrado pelo carácter extremamente precoce – contrariamente ao verificado no SW francês – com que nela emergiram as primeiras expressões pleistocénicas de uma economia de amplo espectro.

Por isso, e partilhando, neste particular, da sugestão de A. MONTET-WHITE (1988), também nós não encontramos qualquer razão para não aplicar aos comportamentos económicos no domínio das matérias-primas, o que M. JOACHIM (1976) havia reconhecido em relação à procura de alimentos: que um importante objectivo do comportamento económico dos caçadores-recolectores parece ser a minimização do esforço ou, pelo menos, a sua manutenção dentro de limites previsíveis.

Dentro desta aproximação, a procura das matérias-primas líticas surge, pois, determinada por factores de ordem ecológica e de natureza organizativa socio-territorial, em vez de o ser por

requisitos impostos por uma qualquer tecnologia específica ou influência cultural exógena. Ainda neste contexto é relevante verificar que nas áreas em que se observa, quer qualitativa, quer quantitativamente, e em resultado de uma mobilidade limitada, uma constância em relação aos recursos litológicos explorados, as características gerais dos conjuntos industriais nelas representados tendem a revelar uma relativa estabilidade e continuidade ao longo do tempo (CLARK & LINDLY, 1989).

Aceitando-se a validade deste último argumento para um determinado estágio cultural, não vemos razão para que o mesmo não possa ser considerado, quando se analisa a problemática da continuidade/descontinuidade na longa duração. Com efeito, e situando o *Ancorense* dentro da sequência evolutiva cultural regional reconhecida, até ao momento, para o litoral do Minho (MEIRELES, 1992, 1994), constatamos que esta dá mostras daquilo que poderemos apelidar de uma relativa continuidade dinâmica, não suportando o registo arqueológico nela representado uma visão marcada por mudanças espasmódicas entre as distintas entidades culturais em presença.

Refira-se, a este propósito, que também esta situação é passível de encontrar, de novo, algum paralelo na região cantábrica. De facto, aí, é salientada, igualmente, a circunstância das transformações ocorridas, por exemplo, na transição entre o Paleolítico Médio e o Paleolítico Superior, se situarem, fundamentalmente, no plano quantitativo e não qualitativo (CABRERA VALDES & BERNALDO DE QUIRÓS, 1993; CABRERA VALDES, 1996), não sendo perceptível, igualmente, qualquer ruptura tecno-tipológica marcada e marcante. Como salientam estes mesmos autores (CABRERA VALDES & BERNALDO DE QUIRÓS, 1992, 73), frequentemente esquecemo-nos que “*cada época es heredera de la anterior y en ella se dan las condiciones que caracterizarán a las siguientes*”. O paradigma tradicional, ao colocar a tónica e ao abordar a questão da variabilidade desde uma óptica essencialmente taxonómico-normativa, encontra-se, por isso, mais propenso a admitir, implicitamente, soluções de ruptura cultural; pelo contrário, uma aproximação que situe a questão numa perspectiva de análise dos comportamentos, ver-se-á inclinada a considerar modelos de continuidade.

Chegados aqui, o que resta, então, de anómalo no *Ancorense*? Um tipo particular de macro-utensílio tido como “fóssil director” de uma tradição cultural epipaleolítica das Astúrias? Pensamos que não. Pelo contrário, cremos que, neste particular, haverá que ter presente dois aspectos, que julgamos merecedores de consideração.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que os artefactos de tipo pico constituem formas recorrentes, que atravessam transversalmente, quer no tempo, quer no espaço, o quadro da Pré-História Antiga do SW europeu e do Norte de África, estando, por isso, longe de possuir o significado e valor diagnóstico específico que se lhes quis atribuir. Com efeito, este morfotipo industrial encontra-se representado, tanto nas indústrias do Paleolítico Inferior do SE da França (FOURNIER, 1973; LUMLEY *et al.*, 1976; TAVOSO, 1978; VILLA, 1978, 1983) e do Norte de África (DAUVOIS, 1976; VÁRIOS, 1981-82) – já para não falar nas do próprio litoral minhoto – como, também, nos conjuntos Aterienses do litoral atlântico marroquino (TEXIER, 1985-86) – curiosamente, ou talvez não, sempre em contextos que utilizam seixos rolados, normalmente de quartzito, como principais suportes de matéria-prima.

O segundo aspecto prende-se com as características tipológicas intrínsecas do próprio morfotipo e com a pretensa semelhança (leia-se replicação) existente entre as formas minhotas e asturianas.

Neste domínio, e tendo em consideração os aprofundados estudos tipométricos empreendidos sobre os materiais ancorense (MEIRELES, 1992), ficou demonstrada, não apenas a superior diversidade tecno-morfológica destes relativamente aos seus congêneres das Astúrias, como, também, a sua superior variabilidade tipométrica<sup>7</sup>.

Então, questionamo-nos, de novo, o que subsiste? A ausência de qualquer sistema organizado e específico de produção de suportes? Talvez. Contudo, também neste particular pensamos ser possível admitir uma outra leitura da realidade observada, que minimize a eventual anormalidade de tal evidência.

Na verdade, já em trabalhos anteriores havíamos chamado a atenção para este facto, tendo, na altura (MEIRELES, 1992, 1994), e uma vez descartada a hipótese de se tratar de uma situação resultante de uma insuficiência do próprio registo, avançado a possibilidade de, no seio do *Ancorense*, e no quadro daquilo que se poderia entender como uma estratégia de maximização dos recursos, se verificar o aproveitamento oportunista dos sub-produtos resultantes das cadeias operatórias destinadas à fabricação de macro-utensílagens, inviabilizando, deste modo, porque desnecessário, o estabelecimento de um qualquer outro sistema de produção, especificamente vocacionado para a obtenção de suportes. Fundamentámos, então, a nossa proposta, na circunstância de, e contrariamente ao constatado nos demais conjuntos industriais integrantes da sequência evolutiva cultural regional, se observar no âmbito desta indústria uma identidade tipométrica e tipológica quase absoluta, entre as lascas simples e aquelas que haviam sido utilizadas como suporte para a fabricação de utensílios; desta situação inferimos, não apenas a inexistência de quaisquer pressões selectivas na escolha dos suportes destinados à concretização dos utensílios sobre lasca, como também, e conseqüentemente, a ausência de qualquer sistema organizado de produção dos mesmos.

Actualmente, e uma vez prosseguidos os estudos neste domínio, estamos em condições de avançar, um pouco mais, nas nossas propostas. Com efeito, a análise dimensional (comprimento e largura) dos negativos dos levantamentos praticados nos artefactos inseridos na categoria dos seixos talhados unifaciais (não contemplando nesta análise as formas apontadas) proporcionam, junto dos mesmos conjuntos então analisados (V. P. de Âncora Norte e St. Izidoro *locus* 2), valores médios que, também eles, se aproximam daqueles a que acima fizemos menção<sup>8</sup>. Esta circunstância, não só constitui mais um argumento em apoio das propostas interpretativas que havíamos feito, como admite que possamos avançar um pouco mais nesse mesmo domínio.

Com efeito, e dada a convergência de resultados e factos registados, pensamos não ser descabida a hipótese da necessidade de reavaliação do significado dos utensílios de tipo seixo talhado, particularmente das suas formas mais simples e menos estereotipadas, no contexto da indústria em causa. Esta reapreciação deverá ser efectuada no sentido de tal categoria de artefactos dever ser entendida, e situada, no âmbito de um sistema de produção dirigido,

---

<sup>7</sup> A título meramente indicativo e comparativo atente-se, por exemplo, aos valores encontrados para a variável comprimento máximo: *picos ancorense* – (n: 121; média: 110 mm; desvio padrão: 19.4; Coef. variação: 0.177) *picos asturiense* – (n: 148; média: 89.5 mm; desvio padrão: 1.36; Coef. variação: 0.015).

<sup>8</sup> Os valores dimensionais médios encontrados, revelam-se, naturalmente, algo inferiores (em média 3-5 mm) àqueles registados nas lascas simples e nos utensílios sobre lasca, dada a impossibilidade em avaliar, a partir dos negativos das extracções, as dimensões correspondentes ao talão das mesmas.

preferencialmente, para a produção de suportes (ou seja, estes artefactos assumem-se, antes de mais, como núcleos) e não, especificamente, para a fabricação de um qualquer tipo concreto de macro-utensílio.

Desta nova postura resultarão, obviamente, algumas consequências, a menor das quais não será, por certo, a da necessidade de uma reelaboração do perfil técnico-tipológico do *Ancorense*: de uma indústria, aparentemente, equilibrada, estruturada em torno de duas componentes (artefactos e utensílagens sobre lasca, por um lado, e macro-utensílios, por outro), ela passará a assumir-se, fundamentalmente, como uma indústria sobre lasca, no quadro da qual a macro-utensilagem ocupará um lugar nitidamente secundário.

No contexto de discussão da problemática da variabilidade importará, assim, ter, também, em conta, a variabilidade decorrente do modo como lemos e reconstituímos o registo do passado, pois este, não é senão uma construção que resulta da nossa postura teórica de abordagem, dos conceitos operativos de que nos servimos para o ler e da nossa prática de pesquisa.

À guisa de conclusão deste texto, esperamos ter com ele alcançado aquela que era a sua intenção: reflectir, a propósito do *Ancorense* (ou servindo-nos dele), sobre a questão da variabilidade cultural, chamando a atenção para o facto desta não poder continuar a ser lida, exclusivamente, a luz das concepções limitadas e limitativas, do paradigma tradicional.

A variabilidade cultural é, antes de mais, o resultado de um conjunto diversificado de factores, de entre os quais não pode deixar de assumir relevância explicativa especial, a consideração das distintas respostas adaptativas encontradas pelos sistemas culturais, face às características mesológicas específicas dos espaços que ocupam. Considerar a possibilidade da evolução paralela de culturas adaptadas a meios distintos, e ler essa mesma adaptação como uma questão regional, analisada e compreendida – dentro de um leque de várias opções possíveis – no quadro do desenvolvimento de soluções comportamentais particulares, que permitam aos grupos humanos sobreviver ao longo do tempo, afigura-se-nos uma via bastante menos limitativa e empobrecedora do que aquela até agora dominante. Neste contexto, afigura-se-nos judicioso recordar, para concluir, o que M. JOACHIM (1981, 19) escreveu a propósito da adaptação humana, definindo-a, então, como “*the possession of a valid set of solutions to a variety of problems*”.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUILÓ, J.C. (1931), Instrumentos tallados en cuarcita en el argárico de la Provincia de Ávila, *Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Memorias, Tomo X, pp. 317-324.
- AMBROSE, S.H. and LORENZ, K.G. (1990), Social and Ecological Models for the Middle Stone Age in Southern Africa, in “*The Emergence of Modern Humans. An Archaeological Perspective*” (P. Mellars, ed.), Edinburgh University Press, Edinburgh, pp. 3-33.
- BERTRAN, P. (1989), *L'évolution de la couverture superficielle depuis le dernier interglaciaire: étude micromorphologique de quelques profils types du Sud de la France*, Thèse Université de Bordeaux I, Bordeaux, 204 p.
- BERTRAN, P. et TEXIER, J.-P. (1990a), Du dernier interglaciaire au pleniglaciaire dans le Sud-Ouest et le Massif Central français: nouvelles données stratigraphiques et paléopédologiques, *C.R. Acad. Sc. Paris*, t. 310, pp. 1469-1474.
- BERTRAN, P. et TEXIER, J.-P. (1990b), L'enregistrement des phénomènes pédo-sédimentaires et climatiques. L'exemple



- de la coupe des Tares (Dordogne), *Quaternaire*, Vol. 1, n° 1, pp. 77-90.
- BERTRAN, P., TEXIER, J.-P. and MEIRELES, J. (1991), Micromorphology of Atlantic Rankers on the Coast of Northern Portugal, *Catena*, Vol. 18, pp. 325-343.
- BIBERSON, P. (1960-61), La evolución del Paleolítico de Marruecos en el marco del Pleistoceno atlántico, *Ampurias*, XXII-XXIII, pp. 1-30.
- BIBERSON, P. (1961), *Le Paléolithique Inférieur du Maroc Atlantique*, Public. Serv. Antiquités Maroc, fasc. 17, Rabat, 544 p.
- BIBERSON, P. (1963), Human evolution in Morocco in the framework of the paleoclimatic variations of the atlantic Pleistocene, in *"African ecology and human evolution"* (F. Clark Howell and F. Bourlière, eds.), Aldine, Chicago, pp. 422-426.
- BINFORD, L. R. and SABLOFF, J. (1982), Paradigms, systematics and archaeology, *Journal of Anthropological Research*, 38, pp. 137-153.
- BORDES, F. (1950a), Principes d'une méthode d'étude des techniques de débitage et de la typologie du paléolithique ancien et moyen, *L'Anthropologie*, 54, pp. 19-34.
- BORDES, F. (1950b), L'évolution buissonnante des industries en Europe occidentale. Considérations théoriques sur le paléolithique ancien et moyen, *L'Anthropologie*, 54, pp. 393-420.
- BORDES, F. (1953), Éssai de classification des industries "moustériennes", *Bull. de la S.P.F.*, Tome 54, pp. 457-466.
- BORDES, F. (1959), Evolution in the palaeolithic cultures, in *"The Evolution of Man"* (S. Tax, ed.), University of Chicago Press, Chicago, pp. 99-110.
- BORDES, F. (1961), *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, Institut du Quaternaire de l'Université de Bordeaux, Mem. n° 1, Bordeaux, Vol. II, 85 p + 108 pl.
- BORDES, F. (1968), *Le Paléolithique dans le Monde*, Hachette, Paris, 256 p.
- BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1942), Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire. I – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage, *Com. Serv. Geol. Portugal*, XXIII, Lisboa, 374 p.
- BREUIL, H., PAÇO, A. do, RIBEIRO, O., ROCHE, J., VAULTIER, M., FERREIRA, O. da V. e ZBYSZEWSKI, G. (1962), Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço), *Com. Serv. Geol. Portugal*, XLVI, pp. 53-131.
- BRUNNACKER, K. (1978), Quartar-stratigraphie am Mittel-und Niederrhein, in *"Art-und Mittelsteinzeitliche Fundplätze des Rheinlandes"*, Köln, 196 p.
- BUTZER, K. W. (1967), Geomorphology and stratigraphy of the Paleolithic site of Budíño (Prov. Pontevedra, Spain), *Eiszeitalter und Gegenwart*, Band 18, pp. 82-103.
- CABRERA VALDES, V. (1996), Del Mustierense al Paleolítico Superior, *Gallaecia*, 14/15, Edición do Castro, A Coruña, pp. 123-130.
- CABRERA VALDES, V. y BERNALDO DE QUIRÓS, F. (1992), El Paleolítico Inferior, in *"Manual de História Universal. I – Prehistoria"*, Historia 16, Madrid, 582 p.
- CABRERA VALDES, V. y BERNALDO DE QUIRÓS, F. (1993), L'Aurignacien de la région cantabrique espagnole, in *"Aurignacien en Europe et au Proche Orient"* (L. Bânez et J.K. Kozłowski, dirs.), U.I.S.P.P., vol. 2, Bratislava, pp. 173-181.
- CLARK, G. A. (1976a), *El Asturiense Cantábrico*, Bibliotheca Prehistorica Hispana, Vol. XIII, Madrid, 370 p.
- CLARK, G. A. (1976b), L'Asturien des Cantabres. État de la recherche actuelle, *Congrès Préhistorique de France*, XX session (Provence – 1974), pp. 84-101.
- CLARK, G. A. (1987), Paradigms and paradoxes in contemporary archaeology, in *"Quantitative Research in Archaeology: Progress and Prospects"* (M. Aldenderfer, ed.), Sage Publications, Beverly Hills, pp. 30-60.
- CLARK, G. A. (1991), A Paradigm is like an Onion: Reflections on my Biases, in *"Perspectives on the Past. Theoretical Biases in Mediterranean Hunter-Gatherer Research"* (Geoffrey A. Clark, ed.), University of Pennsylvania Press, Philadelphia, pp. 79-108.
- CLARK, G. A. (1992), La Migración como una no-explicación en la Arqueología paleolítica, in *"Elefantes, Ciervos y Ovicaprinós"* (A. Moure Romanillo, ed.), Universidad de Cantabria, Santander, pp. 17-36.
- CLARK, G. A. (1994), Aspectos epistemológicos de la interpretación del registro arqueológico pleistoceno: El papel del paradigma metafísico, in *"Homenaje al Dr. Joaquín González Echegaray"* (J.A. Lasheras, ed.), Museo y Centro de Investigación de Altamira, Monografías n° 17, Ministerio de Cultura, Madrid, pp. 1-12.
- CLARK, G. A. and LINDLY, J.M. (1989), The Case for Continuity: Observations on the Biocultural Transition in Europe and Western Asia, in *"The Human Revolution"* (P. Mellars and C. Stringer, eds.), Edinburgh University Press, Edinburgh, pp. 626-676.
- COSTAS, M. F. (1930), Notas en col do Asturiense na Bisbarra d'A Guardia, *Nós*, n° 64, pp. 5-10.

- DAUVOIS, M. (1976), Précis de dessin dynamique et structural des industries lithiques préhistoriques, Fanlac, Périgueux, 252 p.
- DEVEAU, S. (1986), Signification paléoclimatique du modelé glaciaire et periglaciaire quaternaire au Portugal, in "Quaternary Climate in Western Mediterranean", Madrid, pp. 81-93.
- DEACON, J. (1990), Weaving the fabric of Stone Age research in southern Africa, in "A History of African Archaeology" (P. Robertshaw, ed.), James Currey, London, pp. 39-58.
- DIAS, J. M. A. (1985), Registos da migração da linha de costa nos últimos 18.000 anos na plataforma continental portuguesa, in "Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico", Vol. I, Lisboa, pp. 281-295.
- DIAS, J. M. A. (1987), *Dinâmica sedimentar e evolução recente da plataforma continental portuguesa setentrional*, Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, policopiada, Lisboa, 384 p.
- DIBBL, H. L. (1985), Raw Material Variation in Levallois Flake Manufacture, *Current Anthropology*, 26, pp. 391-393.
- DIBBL, H. L. and ROLLAND, N. (1992), On Assemblage Variability in the Middle Paleolithic of Western Europe. History, Perspectives and a New Synthesis, in "The Middle Paleolithic: Adaptations, Behavior and Variability" (H. L. Dibbl and N. Rolland, eds.), University Museum Monograph 78, University of Pennsylvania, Philadelphia, pp. 1-28.
- FEDOROFF, N. and GOLDBERG, P. (1982), Comparative micromorphology of two late pleistocene paleosols (in the Paris Basin), *Catena*, 9, pp. 227-251.
- FISH, P. (1981), Beyond Tools: Middle Paleolithic Debitage Analysis and Culture Inference, *Journal of Anthropological Research*, 37, pp. 374-386.
- FOURNIER, R. A. (1973), *Les outils sur galets du site mindélien de Terra Amata (Nice. Alpes-Maritimes)*, Thèse Univ. Provence, 221 p.
- FREIRE, M. N. y ROMANI, J. R. V. (1989), Níveis marinos y depósitos sedimentares antiguos en el borde costero entre Cabo Prior y Cabo Prioriño (A Coruña, Galicia), *Cuadernos Lab. Xeolóxico de Laxe*, 14, pp. 67-78.
- GAMBLE, C. (1995), Lithics and Social Evolution, in "Lithics in Context. Suggestions for the future directions of Lithic Studies" (A. J. Schofield, ed.), Lithic Studies Society Occasional Paper n° 5, Lithic Studies Society, London, pp. 19-26.
- GOMEZ, M. H. (1989), La Cornisa Cantábrica, in "Mapa del Cuaternario de España" (escala de 1:1.000.000), Inst. Tecnol. Geominero de España, Madrid, pp. 105-118.
- HAESAERTS, P. (1984), Aspects de l'évolution du paysage et de l'environnement en Belgique au Quaternaire, in "Peuples chasseurs de la Belgique préhistorique dans leur cadre naturel" (D. Cahen et P. Haesaerts, eds.), Bruxelles, pp. 27-39.
- HALLÉGOUET, B., MONNIER, J. L. et MORZADEC-KERFOURN, M. T. (1980), Stratigraphie du Pleistocène de Bretagne. IV – Stratigraphie des dépôts marins, in "Problèmes de Stratigraphie Quaternaire en France et dans les pays limitrophes" (J. Chaline, dir.), Suppl. Bull. de l'A.F.E.Q., n° 1, Univ. Dijon, Dijon, pp. 211-225.
- HALLÉGOUET, B. et VAN VLIET-LANOË, B. (1986), Les oscillations climatiques entre 125.000 ans et le maximum glaciaire, d'après l'étude des formations marines, dunaires et périglaciaires de la côte des Abers (Finistère), *Bull. de l'A.F.E.Q.*, n° 25-26, 1-2, pp. 127-134.
- INGOLD, T. (1994), Introduction to Culture, in "Companion Encyclopedia of Anthropology" (T. Ingold, ed.), Routledge, London, pp. 329-349.
- JALHAY, E. (1925), El Asturiense en Galicia, *Bol. Arq. Com. Prov. Monum. Hist. Art. Orense*, VII, n° 65, pp. 341-354.
- JALHAY, E. (1930), Algumas notas sobre o Asturiense da Galiza, *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias* (Congreso de Barcelona – 1929), VIII, Madrid, pp. 191-193.
- JALHAY, E. (1933a), Alguns raspadores da indústria Galaico-Minhota de tipo Asturiense, *Revista de Arqueologia*, Tomo I, fasc. IV, pp. 1-4.
- JALHAY, E. (1933b), Uma nova hipótese sobre a utilização da indústria lítica de tipo asturiense, in "Volume de homenagem a Martins Sarmento", Guimarães, pp. 145-149.
- JALHAY, E. e PAÇO, A. do (1941), Paleo e Mesolítico Português, *Anais da Academia Portuguesa de História*, Vol. IV, pp. 9-101.
- JALUT, G. (1990), Le Paléoenvironnement de la moitié occidentale du versant Nord des Pyrénées de 40.000 BP à l'actuel: Étapes de la déglaciation et histoire de la végétation, in "International Conference on the environment and the human society in the Western Pyrenees and the Basque Mountains during the Upper Pleistocene and the Holocene" (Cearreta y Ugarte, eds.), Herriko Unibertsitatea, Gasteiz, pp. 67-78.
- JELINEK, A. J. (1976), Form, function and style in lithic analysis, in "Cultural change and continuity" (C.E. Čleland, ed.), Academic Press, New York, pp. 19-34.
- JOACHIM, M. (1976), *Hunter-Gatherer Subsistence and Settlement: A Predictive Model*, Academic Press, New York, 206 p.

- JOACHIM, M. (1981), *Strategies for Survival: Cultural Behavior in an Ecological Context*, Academic Press, New York.
- JONES, P. R. (1979), Effects of Raw materials on Biface Manufacture, *Science*, 204, pp. 835-836.
- JORGE, V. O. (1971), Tipologia e tipologistas do Paleolítico, *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. III, pp. 77-97.
- JORGE, V. O. (1972), *Conjuntos industriais de seixos afeiçãoados do Sul de Portugal*, Tese de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado, Lisboa, 454 p.
- JORGE, V. O. (1974), Complexos industriais de seixos afeiçãoados no mundo. Uma panorâmica, *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. V, pp. 9-53.
- LAUTRIDOU, J. P. (1984), L'Âge des Formations Marines Pleistocènes du Cotentin comportant des industries paléolithiques, *Bull. Géomorphologie de Caen*, n° 35, pp. 79-90.
- LAUTRIDOU, J. P. (1985), *Le cycle périglaciaire pléistocène en Europe du Nord-Ouest*, Thèse de doctorat d'État, Caen, 908 p.
- LAUTRIDOU, J. P. et al. (1982), The Quaternary of Normandy, *Bull. Centre Géomorphologie de Caen*, 26, pp. 1-68.
- LAUTRIDOU, J. P. et al. (1983), *Le Quaternaire de Normandie*, Guide-Book of the Q.R.A. Normandy Meeting (May 1982), Département de Géologie, U.E.R. des Sciences, Rouen, 160 p.
- LAUTRIDOU, J. P. et al. (1986), Corrélations entre les sédiments quaternaires continentaux et marins dans le domaine France septentrionale – Manche, *Rev. Géol. Dyn. Géogr. Physique*, 27, 2, pp. 105-112.
- LEACH, E. (1985a), Anthropos, in "Enciclopédia Einaudi", Vol. 5 (Anthropos – Homem), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, pp. 11-66.
- LEACH, E. (1985b), Cultura/culturas, in "Enciclopédia Einaudi", Vol. 5 (Anthropos – Homem), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, pp. 102-135.
- LEPEVRE, D., RAYNAL, J. P. et TEXIER, J.-P. (1985), De la fin du Villafranchien au début du Soltanien: exemples d'évolution des paleoenvironnements du Maroc Occidental et Oriental, in "Colloque sur les Héritages Géomorphologiques et Paleoenvironnements du Quaternaire Moyen Méditerranéen" (Paris, 16 Novembre 1985), Pre-print, 20 p.
- LEWONTIN, R. C. e LEVINS, R. (1985), Evolução, in "Enciclopédia Einaudi", Vol. 6 (Orgânico/inorgânico. Evolução), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, pp. 234-287.
- LLANA, C. (1990), Algunas consideraciones economicas del Paleolítico Superior a traves de los cuarzos y cuarcitas de grano grueso, *Gallaecia*, 12, Edicions do Castro, A Coruña, pp. 29-37.
- LOPEZ, M. J. (1930), Ligeras consideraciones sobre el problema del Paleolítico y otras culturas en el Bajo Miño (La Guardia), XV éme Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistorique – IV éme sésion de l'Institut International d'Anthropologie (Portugal – 21/30 Septembre – Coimbra/Porto), Separata, Paris, 8 p.
- LUMLEY, H. de, LUMLEY, M.-A., MISKOVSKY, J. C. et RENAULT-MISKOVSKY, J. (1976), Le site de Terra Amata, in "Sites paléolithiques de la région de Nice et Grottes de Grimaldi" – livret-guide de l'excursion B1 (H. de Lumley et L. Barral, dir.), IX éme Cong. U.I.S.P.P., Nice, pp. 15-49.
- MARY, G. (1967), Les niveaux marins fossiles de la région de Otur (Luarca, Asturias, Espagne), *Bull. Soc. Linne. de Normandie*, 10 éme série, 8, p. 38.
- MARY, G. (1968), Les formations marines actuelles et fossiles à l'embouchure du Rio Esba (Luarca, Asturias, Espagne), *Cahiers Oceanographiques*, XX, 8, pp. 683-693.
- MARY, G. (1971), Les formations quaternaires de la côte Asturienne (Espagne) entre Ribadesella et Comillas, *Bull. de l'A.F.E.Q.*, 27, 2, pp. 111-118.
- MARY, G. (1972), Les hautes surfaces d'abrasion marine de la côte asturienne (Espagne), in "Histoire Structurale du Golfe de Gascogne", tome 2, Pub. L.F.P. Technip, pp. 1-12.
- MARY, G. (1979), *Évolution de la bordure cotière asturienne (Espagne) du Neogène à l'Actuel*, Thèse de doctorat d'État, Univ. Caen, Caen, 283 p.
- MARY, G. (1983), Evolution dl margen costero de la cordillera cantábrica en Asturias desde el Mioceno, *Trabajos de Geologia*, 13, pp. 3-35.
- MARY, G. (1985), Niveaux marins du littoral Asturien et Galicien entre San Vicente de la Barquera et Foz, in "Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico", Vol. I, Lisboa, pp. 219-228.
- MARY, G. (1986), Oscillations climatiques entre 125.000 ans et le dernier maximum glaciaire sur la côte asturienne (Espagne), in "Recherches Françaises sur le Quaternaire" (INQUA 1977), Supp. Bull. de l'A.F.E.Q., Ed. C.N.R.S., Paris, pp. 23-31.
- MARY, G. (1990), La evolución del litoral Cantábrico durante el Holoceno, in "International Conference on the environment and the human society in the Western Pyrenees and the Basque Mountains during the Upper Pleistocene and the Holocene" (Cearreta y Ugarte, eds.), Herriko Unibertsitatea, Gasteiz, pp. 81-96.
- MAURY, J. (1974), La position stratigraphique de l'Asturien des plages Portugaises entre Lima et Minho, *Travaux de l'Institut d'Art Préhistorique de l'Université de Toulouse*, Tome XVI, pp. 217-238.

- MAURY, J. (1976), Profil archéologique de l'Asturien du Portugal, *Travaux de l'Institut d'Art Préhistorique de l'Université de Toulouse*, Tome XVIII, pp. 103-138.
- MAURY, J. (1977), *Typologie et préhistoire de l'Asturien du Portugal*, B.A.R. Supplementary series, 21, Oxford, 82 p.
- MEIRELES, J. (1982), A jazida paleolítica de Vila Praia de Âncora (Norte). Primeiras sondagens, *Cadernos de Arqueologia*, Série I, 2, pp. 49-73.
- MEIRELES, J. (1986), Problemas e perspectivas do Quaternário do litoral minhoto a Norte do rio Lima, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, pp. 11-147.
- MEIRELES, J. (1992), As Indústrias Líticas Pré-Históricas do Litoral Minhoto. Contexto Cronoestratigráfico e Paleoambiental, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias n° 7, Braga, 763 p.
- MEIRELES, J. (1994), As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico, in "1º Congresso de Arqueologia Peninsular" – Actas IV, *Trab. Antrop. Etnologia*, Vol. 34, fasc. 3-4, pp. 17-42.
- MEIRELES, J. (1996), Um programa de pesquisa para o estudo do Paleolítico do litoral do Minho. Balanço de uma década de investigação, in "Os Primeiros Poboadores de Galícia: O Paleolítico" (Ramón Fábregas Valcarce, ed.), *Cadernos do Seminário de Sargadelos n° 73*, Edícios do Castro, Sada – A Coruña, pp. 75-101.
- MEIRELES, J. e TEXIER, J.-P. (1993), O Quaternário do Litoral do Minho. Uma Síntese Lito e Cronoestratigráfica, in "Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico" (Coimbra – 1993), Coimbra, pp. 395-408.
- MELLARS, P. (1992), Technological Change in the Mousterian of Southwest France, in "The Middle Paleolithic: Adaptations, Behavior and Variability" (H.L. Dibble and N. Rolland, eds.), University Museum Monograph 78, The University Museum, University of Pennsylvania, Philadelphia, pp. 29-43.
- MENDES CORREIA, A. A. (1928), A Lusitânia Pré-Romana, in "História de Portugal" (Edição Monumental), Vol. I, Barcelos, pp. 114-116.
- MERGELINA, C. (1939-1940), El pseudo asturiense de la Guardia, *Bol. Sem. Est. Art. Arqueologia*, Tomo VI, fasc. XXII-XXIV, pp. 23-33.
- MEROC, L. (1963), Le Languedocien de la Haute et de la Moyenne vallée de la Garonne, in "Miscelanea en Homenaje al Abate Henri Breuil" (1877-1961)", Tomo II, Barcelona, pp. 149-172.
- MITCHELL, P. J. (1995), Stories in Stones, in "Lithics in Context. Suggestions for the future directions of Lithic Studies" (A.J. Schofield, ed.), Lithic Studies Society Occasional Paper n° 5, Lithic Studies Society, London, pp. 71-87.
- MONNIER, J. L. et VAN VLIET-LANOE, B. (1986), Les oscillations climatiques entre 125.000 ans et le maximum glaciaire d'après l'étude des coupes du littoral de la Baie de Saint-Brieuc. Apport de la lithologie, de la pédologie et de la malacologie, *Bull. de l'A.F.E.Q.*, n° 25-26, 1-2, pp. 119-126.
- MONTET-WHITE, A. (1988), Raw-Material Economy among Medium-Sized Late Paleolithic Campsites of Central Europe, in "Upper Pleistocene Prehistory of Western Eurasia" (H. L. Dibble and A. Montet-White, eds.), University Museum Monograph, 54, The University Museum, University of Pennsylvania, Philadelphia, pp. 361-373.
- MORALES, M. R. G. (1982), *El Asturiense y otras culturas locales. La explotación de las áreas litorales de la Region Cantábrica en los tiempos Epipaleolíticos*, Centro de Investigación y Museo de Altamira, Monografias n° 7, Santander, 295 p.
- MORZADEC-KERFOURN, M. T. (1972), Chronologie des formations littorales pleistocènes du massif Armoricaín, *C.R Sommaire des séances de la Soc. Géol. France*, fasc. 3, pp. 133-134.
- MORZADEC-KERFOURN, M. T. (1974), *Variations de la ligne de Rivage Armoricaín au Quaternaire*, Mem. Soc. Géol. Minérol. Bretagne, n° 17, Rennes, 208 p.
- MORZADEC-KERFOURN, M. T. et MONNIER, J. L. (1982), Chronologie relative des cordons littoraux pleistocènes de Bretagne, *Bull. de l'A.F.E.Q.*, n° 12, 4, pp. 195-203.
- OTTE, M. (1990), From the Middle to the Upper Palaeolithic: The Nature of the Transition, in "The Emergence of Modern Humans. An archaeological Perspective" (P. Mellars, ed.), Edinburgh University Press, Edinburgh, pp. 438-456.
- PAÇO, A. do (1970), Novos concheiros do vale do Tejo, in "Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)", Vol. I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 213-223.
- PEREZ ALBERTI, A. y RAMIL REGO, P. (1996), La evolución bioclimática y sus consecuencias: El ejemplo de los paleopaisajes del Cuaternario en Galicia, *Gallaecia*, 14-15, pp. 31-66.
- PINTO, R. de S. (1928), O Asturiense em Portugal, *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnologia*, Vol. IV, fasc. I, pp. 5-44.
- PINTO, R. de S. (1930a), Bibliografia do Asturiense, *Portucale*, Vol. III, n° 17, pp. 336-344.
- PINTO, R. de S. (1930b), Observations sur l'Asturien du Portugal, *V ème Congrès International d'Archéologie*, Separata, Alger, 4 p.
- PINTO, R. de S. (1931), Nouvelles recherches sur le Miolithique en Portugal, *Congrès de l'A.F.A.S. (Nancy – Juillet 1931)*, Paris, pp. 327-329.

- PINTO, R. de S. (1932), Notas para um plano de estudo geológicos entre o Minho e o Lima, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, Vol. I, pp. 27-28.
- PUJOL, C. et TURON, J.-L. (1974), Paléoclimatologie et stratigraphie du Quaternaire terminal du Golfe de Gascogne déduites de l'analyse des foraminifères planctoniques et des ensembles sporopolliniques des sédiments marins, *Boreas*, 3, pp. 25-31.
- RAMIL REGO, P. y GOMEZ ORELLANA, L. (1996), Dinamica climática y biogeográfica del area litoral – sublitoral de Galicia durante el Pleistoceno Superior – Holoceno, in *"Biogeografía Pleistocena – Holocena de la Península Ibérica"* (P. Ramil Rego, C. Fernández Rodríguez y M. Rodríguez Guitián, coords.), Consellería de Cultura – Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 43-71.
- RAMIL REGO, P. y FERNANDEZ RODRÍGUEZ, C. (1996), Marco cronológico y paleoambiental de la ocupación paleolítica en el NW ibérico, in *"Os Primeiros Poboadores de Galicia: O Paleolítico"* (Ramón Fábregas Valcarce, ed.), Cadernos do Seminario de Sargadelos nº 73, Edición do Castro, Sada – A Coruña, pp. 165-191.
- RAPOSO, L. (1983), As comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico, in *"História de Portugal"* (José Hermano Saraiva, dir.), Publicações Alfa, Lisboa, pp. 31-61.
- RAPOSO, L. (1989), Problemas actuais no estudo do Paleolítico inferior e médio português, *Lusitana*, nº 2 (Out.-Dez.), pp. 7-28.
- RAPOSO, L. e SILVA, A. C. (1980-81), A estação "Languedocense" do Xerês de Baixo (Guadiana), *Setúbal Arqueológica*, Vol. VI-VII, pp. 47-84.
- RAPOSO, L. e SILVA, A. C. (1984), O Languedocense: Ensaio de caracterização morfo-técnica e tipológica, *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. 2, pp. 87-166.
- RAPOSO, L. e TAVARES DA SILVA, C. (1993), Mesolítico, in *"Pré-História de Portugal"* (Armando Coelho da Silva, coord.), Universidade Aberta, Lisboa, pp. 113-148.
- RASILLA VIVES, M. de la (1994), El Solutrense de la Cornisa Cantábrica, *Férvedes*, 1, Santiago de Compostela, pp. 69-87.
- ROUGIE, C. (1985), *Altération, pédogenèse et paléopédogenèse sur le massif granitique des Zaers (Maroc central)*, Thèse de 3<sup>ème</sup> cycle, Univ. Bordeaux I, Bordeaux, 208 p.
- RUDDIMAN, W. F. and McINTYRE, A. (1976), Northeast Atlantic Paleoclimatic Changes over the Past 600,000 years, *Geol. Soc. America*, Mem. 145, pp. 111-146.
- RUDDIMAN, W. F. and McINTYRE, A. (1981), The North Atlantic Ocean during the last Deglaciation, *Paleogeogr. Paleoclimat. Paleoecology*, 35, pp. 145-214.
- RUDDIMAN, W. F. and WRIGHT, H. E. Jr. (1987), North America and adjacent oceans during the last deglaciation, in *"The Geology of North America"*, Vol. K-3, Geological Society of America, Boulder, Colorado, pp. 137-154.
- RUDDIMAN, W. F. et al. (1989), Pleistocene evolution: Northern hemisphere ice sheets and North Atlantic Ocean, *Paleogeogr. Paleoclimat. Paleoecology*, Vol. 4, nº 4, pp. 353-412.
- SAÁ OTERO, M. P. y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1985), Análisis polínico de tres lagunas litorales colmatadas de Galicia, *Cadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, Vol. 10, pp. 55-111.
- SAÁ OTERO, M. P. y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1986), Contribution à la connaissance, a partir de l'analyse pollinique, des différences existantes entre la végétation du N. et du S. de la Galice (Espagne) pendant les périodes pré-boréale, atlantique et subatlantique, *Revue de Paléobiologie*, Vol. 5, nº 2, pp. 325-336.
- SAÁ OTERO, M. P. y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1988), Contribución al conocimiento de la historia paleobotánica de la costa Sur de Galicia (NW de España). Los sedimentos de Mougás y Cabo Silleiro, in *"Actas de Palinología – Actas del VI Simposio de Palinología"* (J. Civis Llovera y M<sup>a</sup>. F. Valle Hernández, eds.), A.P.L.E., Sevilla, pp. 354-358.
- SOMMÉ, J. (1975), *Les plaines du Nord de la France et leurs bordures*, Thèse de doctorat d'État, Univ. Paris I, Paris, 810 p.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de (1960), *Le Paléolithique supérieur en Périgord*, Imp. Delmas, Bordeaux, 558 p.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de (1963), Upper palaeolithic cultures of western Europe, *Science*, 143, pp. 347-355.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de et PERROT, J. (1953), Éssai d'adaptation des méthodes statistiques au Paléolithique supérieur: premiers résultats, *Bull. de la S.P.F.*, Tome 50, pp. 323-333.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de et PERROT, J. (1954), Lexique typologique du Paléolithique supérieur, *Bull. de la S.P.F.*, Tome 51, pp. 327-333.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de et PERROT, J. (1955), Lexique typologique du Paléolithique supérieur, *Bull. de la S.P.F.*, Tome 52, pp. 76-79.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de et PERROT, J. (1956), Lexique typologique du Paléolithique supérieur, *Bull. de la S.P.F.*, Tome 53, pp. 408-421, 547-559.
- STRAUS, L.G. (1983), *El Solutrense Vasco-Cantábrico. Una Nueva Perspectiva*, Centro de Investigaciones y Museo

- de Altamira, Monografias, n° 10, Ministerio de Cultura, Madrid, 173 p.
- STRAUS, L. G. (1986), A comparison of La Riera assemblages with those from contemporary sites in Cantabrian Spain, in *"La Riera Cave: Stone Age Hunter-Gatherer Adaptations in Northern Spain"* (L. Straus and G.A. Clark, eds.), Anthropological Research Papers n° 36, Arizona State University, Tempe, pp. 219-236.
- STRAUS, L. G. (1987), Paradigm lost: a personal view of the current state of Upper Paleolithic research, *Helinium*, 27, pp. 157-171.
- STRAUS, L.G. (1990), The Early Upper Palaeolithic of Southwest Europe: Cro-Magnon Adaptations in the Iberian Peripheries, 40.000-20.000 BP, in *"The Emergence of Modern Humans. An Archaeological Perspective"* (P. Mellars, ed.), Edinburgh University Press, Edinburgh, pp. 276-302.
- STRAUS, L. G. (1991), Paradigm Found? A Research Agenda for Study of the Upper and Post-Paleolithic in Southwest Europe, in *"Perspectives on the Past. Theoretical Biases in Mediterranean Hunter-Gatherer Research"* (Geoffrey A. Clark, ed.), University of Pennsylvania Press, Philadelphia, pp. 56-78.
- STRAUS, L. G. (1992), *Iberia Before the Iberians. The Stone Age Prehistory of Cantabrian Spain*, University of New Mexico Press, Albuquerque, 336 p.
- STRAUS, L. G. and CLARK, G.A. (1986), *La Riera Cave: Stone Age Hunter-Gatherer Adaptations in Northern Spain*, Anthropological Research Papers n° 36, Arizona State University, Tempe, 497 p.
- STRAUS, L. G. et al. (1986), Patterns of Lithic Raw Material Variation at La Riera, in *La Riera Cave: Stone Age Hunter-Gatherer Adaptations in Northern Spain* (L. Straus and G.A. Clark, eds.), Anthropological Research Papers n° 36, Arizona State University, Tempe, pp. 189-208.
- TAVOSO, A. (1978), *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut-Languedoc. Gisements des terrasses alluviales du Tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*, Études Quaternaires, Mémoire n° 5, Éditions du Laboratoire de Paléontologie Humaine et Préhistoire, Paris, 404 p.
- TAVOSO, A. (1984), Réflexion sur l'économie des matières premières au Mousterien, *Bull. S.P.F.*, Tome 81, 3, Paris, pp. 79-82.
- TERS, M. (1973), Les variations du niveau marin depuis 10.000 ans, le long du littoral atlantique Français, in *"Le Quaternaire. Géodynamique, Stratigraphie et Environnement"* (9<sup>ème</sup> Congrès International de l'INQUA - Christchurch), Ed. C.N.R.S., Paris, pp. 114-135.
- TERS, M. (1976), Les lignes de rivage quaternaire de la côte Atlantique, in *"La Préhistoire Française"* (H. de Lumley, dir.), Vol. 1, Ed. C.N.R.S., pp. 333-341.
- TERS, M. (1977), Le déplacement de la ligne de rivage, au cours de l'Holocène, le long de la côte Atlantique Française, in *"Approche Écologique de l'Homme Fossile"* (H. Laville et J. Renault-Miskovsky, dir.), Supp. Bull. de l'A.F.E.Q., Univ. Pierre et Marie Curie, Lab. de Géologie 1, n° 47, pp. 179-181.
- TEXIER, J.-P. (1985/86), Le site atérien du Chaperon-Rouge I (Maroc) et son contexte géologique, *Bull. d'Arch. Marocaine*, Tome XVI, Rabat, pp. 27-73.
- TEXIER, J.-P. et RAYNAL, J. P. (1985), Chrono-stratigraphie des dépôts quaternaires continentaux et littoraux du Maroc, in *"Actes de la 1<sup>ère</sup> Table-ronde Franco-Marocaine de Quaternaire et de Préhistoire"* (Bordeaux 11-13 Février 1985), Pre-print, 2 p.
- TEXIER, J.-P. et al. (1983), Histoire Paléoclimatique de l'Aquitaine du Pleistocène Ancien au dernier interglaciaire, in *"Paléoclimats", Cahiers du Quaternaire*, n° hors série, Ed. C.N.R.S./I.G.B.A., Bordeaux, pp. 207-217.
- TEXIER, J.-P., RAYNAL, J. P. et LEFEVRE, D. (1985), Nouvelles propositions pour un cadre chronologique raisonné du Quaternaire Marocain, *C.R. Acad. Sc. Paris*, t. 301, Série 2, n° 3, pp. 183-188.
- TEXIER, J.-P., BERTRAN, P. e MEIRELES, J. (1989), Les dépôts "areno-pelitiques" du littoral nord du Portugal: Approche micromorphologique, implications dynamiques, paleopédologiques et paleoclimatiques, *Trab. Antrop. Etnologia*, Vol. XXIX, fasc. 1-4, pp. 9-34.
- TURNER, C. and HANNON, E. (1988), Vegetational evidence for late Quaternary climatic changes in Southwest Europe in relation to the influence of the North Atlantic Ocean, *Phil. Trans. R. Soc. London*, B 318, pp. 451-485.
- TURON, J.-L. (1984), Direct land/sea correlations in the last interglacial complex, *Nature*, Vol. 309, pp. 673-676.
- UTRILLA MIRANDA, P. (1981), *El Magdaleniense Inferior y Medio en la Costa Cantábrica*, Centro de Investigación y Museo de Altamira, Monografias, n° 4, Ministerio de Cultura, Santander, 335 p.
- VAN MOURIK, J. M. (1986), *Pollen profiles of slope deposits in the Galician area (Northwest Spain)*, Nederlandse Geografische Studies, 12, 171 p.
- VAN VLIET-LANOË, B. (1986), Le pédocomplexe du dernier interglaciaire (de 125.000 à 75.000 BP). Variation de faciès et signification paléoclimatique du Sud de la Pologne à l'Ouest de la Bretagne, *Bull. de l'A.F.E.Q.*, n° 25-26, pp. 139-150.
- VAN VLIET-LANOË, B. (1988), Impact pédomorphologique du feu en contexte de début et de fin glaciaire, *Bull. Centre Géomorphologie de Caen*, n° 35, pp. 21-26.

- VAN VLIET-LANOE, B. (1990), Le pédocomplexe de Warneton. Ou en est-on? Bilan paléopédologique et micromorphologique, *Quaternaire*, Vol. 1, n° 1, pp. 65-76.
- VARELA, J. M. V. (1980), Nuevos datos y perspectivas sobre el Camposanquiense de Galicia, *El Museo de Pontevedra*, Vol. XXXIV, pp. 69-78.
- VARELA, J.M.V. (1983-84), Paleolítico y Mesolítico en Galicia: estado actual de la cuestión, problemas y perspectivas, *Portugália*, Nova série, Vol. IV-V, pp. 21-25.
- VARELA, J.M.V. e PAN, J.C. (1987), Nuevos datos y perspectivas sobre las industrias líticas de la costa SO de Galicia, *Castrelos*, Vol. 0, pp. 33-37.
- VÁRIOS (1981/82), *Mission Préhistorique et Paléontologique Française au Maroc*, Rapport d'activité 1981-1982, Université de Bordeaux I, Bordeaux, 114 p.
- VAUDOUR, J. (1973), Age et signification de quelques sols rouges sur gneiss et sur micaschistes dans la cordillere centrale Espagnole, in "Actas de la I Reunion Nacional del Grupo de Trabajo del Cuaternario", Trabajos sobre Neogeno-Cuaternario, 2, C.S.I.C., Madrid, pp. 181-197.
- VAZART, M. H. (1983), *Paléodynamiques weichséliennes des provinces Normande et Séquanienne. Analyse microscopique de 5 coupes de loess: Roumare, Mesnil-Esnard, Iville, Mantes-la-Ville, Caudon*, Thèse de 3 ème cycle, Univ. Paris VII, Paris, 130 p.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la, (1914), *La Cueva del Penical (Asturias)*, Trabajos de la Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, n° 4, Madrid, 17 p.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la, (1916), *Paleolítico de Cueto de la Mina (Asturias)*, Trabajos de la Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Memoria n° 13, Madrid, 94 p.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923), *El Asturiense. Nueva Industria Preneolítica*, Trabajos de la Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Memoria n° 32, Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid, 57 p.
- VILLA, P. (1978), *The stone artifact assemblage from Terra Amata. A contribution to the comparative study of acheulian industries in Southwestern Europe*, Ph. D. dissertation, Univ. of California, Berkeley, University Microfilms International, Ann Arbor, Michigan, 711 p.
- VILLA, P. (1981), Matières premières et provinces culturelles dans l'Acheuléen français, *Quaternaria*, XXIII, pp. 19-35.
- VILLA, P. (1983), *Terra Amata and the Middle Pleistocene Archaeological Record of Southern France*, Publications in Anthropology, 13, University of California, Berkeley, 303 p.
- WATTS, W. A. (1986), Stages of climatic change from full Glacial to Holocene in Northwest Spain, Southern France and Italy: A Comparison of the Atlantic Coast and the Mediterranean Basin, in "Current Issues in Climate Research" - Proceedings of the EC Climatology Programme Symposium (Sophia Antipolis, France, October 1984), pp. 101-111.
- WHELAN, C. B. (1930), The flint industry of the northern irish (25-foot) raised beach: A preliminary study of its relation to the asturian industry of Portugal, *Jornal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. LX (January-June), pp. 169-184.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943), La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire du Portugal en 1942, *Bol. Soc. Geol. Portugal*, II, fasc. 2/3, pp. 1-113.
- ZBYSZEWSKI, G. (1958), Le Quaternaire du Portugal, *Bol. Soc. Geol. Portugal*, XIII, fasc. 1/2, 227 p.
- ZBYSZEWSKI, G. (1974), L'Age de la Pierre Taillée au Portugal, "Les Dossiers de l'archéologie" (*Merveilleux trésors du Portugal*), n° 4 (Mai-Juin), Dijon, pp. 19-30.
- ZBYSZEWSKI, G. (s/d), O Paleolítico em Portugal, in "História Universal Meridiano" (Marie-Henriette Alimen e Marie-Joseph Steve, coord.), Vol. 1 (Pré-História), Editora Meridiano, Lisboa, 462 p.
- ZBYSZEWSKI, G. e PENALVA, C. (1979), A estação paleolítica do Medo Tojeiro (Baixo Alentejo). Contribuição para o estudo do "Languedocense" costeiro, *Com. Serv. Geol. Portugal*, Tomo 65, pp. 231-237.
- ZOTZ, L. (1968), *Pebble-culture en Europe Centrale*, in "La Préhistoire - problèmes et tendances", Éd. du C.N.R.S., Paris, pp. 517-526.